**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

JULIANA DE OLIVEIRA BARROS BRAZ

**Mutirões habitacionais:
intervenção e pesquisa em um processo de construção de moradias populares**

**São Paulo
2008**

JULIANA DE OLIVEIRA BARROS BRAZ

**Mutirões habitacionais:
intervenção e pesquisa em um processo de construção de moradias populares**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre em
Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^ª Tit. Sylvia Leser de Mello

São Paulo

2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Braz, Juliana de Oliveira Barros.

Mutirões habitacionais: intervenção e pesquisa em um processo de construção de moradias populares / Juliana de Oliveira Barros Braz; orientadora Sylvia Leser de Mello. -- São Paulo, 2008.

112 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicologia social 2. Autogestão 3. Habitação 4. Movimentos sociais I. Título.

HM251

JULIANA DE OLIVEIRA BARROS BRAZ

**MUTIRÕES HABITACIONAIS: INTERVENÇÃO E PESQUISA EM UM PROCESSO
DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para a obtenção do título de Mestre em
Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof^a Tit. Sylvia Leser de Mello

BANCA EXAMINADORA

Prof.Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof.Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Dissertação defendida e aprovada em: ____/____/____

*A todos aqueles com quem produzi
bons encontros*

AGRADECIMENTOS

À Sylvia Leser por sua orientação cotidiana nas práticas e nas reflexões acerca do mundo e dos homens. Por aceitar o desafio de fazer minhas mãos que trabalham tanto ao falar, exercerem o difícil e solitário ofício da escrita.

Ao CNPq pela bolsa de estudos que possibilitou a realização deste trabalho.

À Prof.^a Vera Paiva por me iniciar no campo da pesquisa e por seu carinho ao longo de todos esses anos.

À Prof.^a Belinda Mandelbaum por me ajudar a permanecer nos caminhos da Psicologia e por mostrar o quanto ser professor também implica afeto pelo que se faz e por quem se ensina.

À Prof.^a Leny Sato por todas as contribuições na qualificação e por me incentivar no trabalho da escrita.

À Adriana Marcondes Machado pelas inspirações desde os tempos da graduação e pela leitura cuidadosa e atenta do meu texto na qualificação.

À Nalva e a Cecília por toda a ajuda.

A todas e todos com quem descobri o que é produzir coletivos, especialmente à: Paulinha, Gui, Lud, Bugre, Estelinha, Samantha, Fábio, Silvinha, Wagner, Márcio, Silvana, Guga, Aladim, Weber, Fernando e Clara.

À Agda, Camila e Paulinha pela amizade de tantos anos.

À Adriana Bosco, parceira de mestrado, pela presença incondicional durante este percurso. Pela sua generosidade realizando a revisão final do texto.

À Gabriela pela ajuda na tradução do resumo para o inglês e por tantas outras que fazem de nossa amizade um encontro muito especial.

Às famílias mutirantes com quem aprendi tanto sobre amizade, trabalho, conflito, necessidade e justiça.

Ao meu irmão Tarcisio por compartilhar tantas idéias, projetos e aflições. Como ele já disse um dia *“melhor do que ter um amigo, é ter um irmão que podemos chamar de amigo”*.

Ao Alan, companheiro de todas as horas, por sua presença.

Aos meus pais com quem aprendi que é na companhia dos outros que nos constituímos. Agradeço pela dedicação, amor e tantos aprendizados.

Devemos interpelar todos aqueles que ocupam uma posição de ensino nas ciências sociais e psicológicas, ou no campo do trabalho social; todos aqueles enfim, cuja profissão consiste em se interessar pelo discurso do outro.

Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário vão trabalhar para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação.

Félix Guattari

RESUMO

BRAZ, Juliana de Oliveira Barros. *Mutirões habitacionais: intervenção e pesquisa em um processo de construção de moradias populares*. 2008. 112f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Este trabalho tem como objetivo compreender o funcionamento de três associações comunitárias ligadas ao Movimento dos Sem Terra Leste I na construção de moradias populares em regime de mutirão e autogestão. O campo de forças que contribui para a configuração deste espaço coletivo passa pelo discurso do movimento, do qual as associações fazem parte, e sua estrutura interna, pelas formas como os técnicos do poder público vêem os mutirões e se relacionam com as associações, pelo funcionamento de outros movimentos, já que essas práticas também vão moldando a resposta estatal.

Assim, buscamos compor o cenário em que se dão esses processos retomando o histórico dos movimentos sociais e dos programas de mutirões dentro da problemática estrutural da sociedade brasileira, os discursos que produziram e produzem estas práticas e os efeitos possíveis em sua dimensão micropolítica.

O cotidiano de trabalho das famílias mutirantes, como se organizavam e discutiam as questões referentes à obra foram nossos principais interesses. Como resultado, apresentamos algumas discussões referentes à dinâmica das associações, à função das assembléias e das regras e o modo das tomadas de decisão tentando problematizar e apontar seus possíveis efeitos na produção de novas formas de organização.

Como a pesquisa se deu intrinsecamente ligada ao trabalho como profissional, junto às associações de construção, o processo de pesquisa foi um transformar para conhecer e as descrições e problematizações que estão presentes nesta dissertação também são a sistematização do movimento constante de reflexão e atuação naquele processo de construção.

Palavras-chaves: Psicologia Social - Autogestão – Habitação – Movimentos Sociais.

ABSTRACT

BRAZ, Juliana de Oliveira Barros. *Building Co-operative Housing: intervention and research within the process of building affordable housing*. 2008. 112f. Master Thesis. Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2008.

This work has the objective of understanding the functioning of three community associations linked to the *Movimento dos Sem Terra Leste I* [East I Landelss Moviment] in the construction of cooperative housing under the regime of self-building cooperative. The field of forces that contributes to the configuration of this collective space occurs upon the movement's discourse of which the associations take part and their internal structure, upon the way in which public technicians see the self-building cooperatives and their relationship with the associations, and upon the functioning of other movements, once these practices also shape governmental response.

Therefore, we intend to compose the scenario in which these processes occur, revisiting the history of social movements and self-building cooperative programs within the Brazilian cultural structure, as well as the discourses which those practices produced and continue to produce, and their possible effects in their micro-politics dimension.

The daily works of cooperative families, the way they organized themselves and discussed the issues regarding the building process were our main interest. As a result we present some discussion over the dynamics of community associations, the functioning of community meetings and their rules, and decision making process, whilst questioning and pointing out their possible effects on the production of new forms of organization.

Since the research had been undertaken while within the professional work among self-building cooperatives, the process of researching was a transforming-to-knowing experience. The description and questioning presented in this thesis are also a systematization of the constant movement of reflection and acting upon the process of building.

Key-words: Social Psychology – Self-Building Cooperatives – Cooperative Housing – Social Movements.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
------------------------	-----------

Capítulo I

1.1 Dos novos personagens a outros possíveis.....	15
1.2 Os movimentos de moradia: habitação e política.....	22
1.3 Os mutirões autogestionários: uma bandeira de luta.....	32

Capítulo II

2.1 Os Movimentos de Moradia.....	37
2.1.1 O Movimento de Moradia Leste I.....	39
2.2 Das reuniões a obra: seis anos de luta.....	44
2.3 O convênio.....	47

Capítulo III

3.1 O técnico e o político.....	49
3.1.1 A escolha da assessoria.....	51
3.1.2 Na obra.....	53
3.1.3 Quando o movimento chega.....	56
3.2 A técnica social.....	60
3.2.1 Nas assembléias.....	66
3.2.2 Um caso: o pagamento do condomínio.....	66

4. Capítulo IV

4.1 Algumas considerações acerca da autogestão.....	69
4.2 O mutirão e suas tramas.....	77
4.2.1 Os boatos e as assembléias.....	82
4.2.2 As coordenações.....	85
4.2.3 As regras: o universal e o particular.....	88

Considerações finais.....	106
----------------------------------	------------

Referências Bibliográficas.....	108
--	------------

Introdução

Este trabalho é fruto da experiência de alguns anos de intervenção social tanto na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP, onde atuei na formação de cooperativas, como no campo dos movimentos sociais, junto aos mutirões autogestionários. Neste percurso, as maiores indagações sempre giraram em torno da construção do coletivo e de suas regras: não apenas no desafio de constituí-lo, mas também na variedade de arranjos e pactos ligados a este processo. Que critérios usamos em nossas decisões? O que entendemos por trabalho coletivo?

Estas questões não surgiram apenas da reflexão sobre o trabalho com os grupos, mas também da minha participação em alguns coletivos. A experiência de mais de cinco anos na ITCP, tentando constituir uma instituição autogestionária, além da participação em uma cooperativa de trabalho em Psicologia, me permitiu atuar na construção de um modo diferente de trabalhar. Esses processos foram essenciais para pensar o funcionamento dos grupos e as dificuldades e contradições das relações que se estabelecem no cotidiano do trabalho coletivo. É um cotidiano que requer muita disposição, já que estamos falando de um rearranjo de nossos valores e modos de perceber o mundo e de atuar nele. Experimentamos a construção de laços que pressupõem a confiança no outro, o reconhecimento da diferença e o repensar sobre si mesmo.

Este trabalho é a busca por um aprofundamento de análise sobre estes processos vividos por mim por escolha pessoal e como proposta ao outro da possibilidade de uma nova sociabilidade. O foco será, sobretudo, minha atuação nos mutirões habitacionais.

O processo de construção de moradias populares no regime de mutirão em conjunto com associações ligadas ao movimento de moradia foi um momento privilegiado de produção coletiva junto às classes populares. Este encontro foi e é antes de tudo um compromisso político com a população organizada na busca de transformações das condições de vida e da produção de relações sociais mais justas e solidárias.

A escolha do mutirão como contexto para discutir questões referentes ao funcionamento de um grupo não se deu apenas por este ser um terreno fértil para as considerações acerca destes processos, mas também como uma forma de registrar o desafio da população na conquista de moradia, não com o objetivo de fazer apologia a uma solidariedade¹ irrestrita, mas pelo contrário, tentando apresentar os movimentos e apontando os desafios e contradições que estão presentes nesta forma de organização.

O trabalho de pesquisa se deu intrinsecamente ligado ao trabalho como profissional junto às associações de construção. Eu era a técnica social da assessoria técnica² contratada para acompanhar a construção. As questões que me instigaram (e instigam) a pensar sobre os processos coletivos se apresentavam na prática diária com as famílias mutirantes. Assim, a discussão que será feita ao longo desta dissertação implica em falar de um funcionamento no qual fui parte na engrenagem. Neste sentido, o processo de pesquisa foi um transformar para conhecer³, ou seja, um intervir na tentativa de produzir efeitos que pudessem contribuir para a visibilidade da multiplicidade de práticas, sentidos e formas envolvidos em um processo como o do mutirão.

Além de todo o acompanhamento da construção propriamente dita e da organização das associações em torno das atividades a serem desenvolvidas, houve uma participação nas negociações com várias instâncias da CDHU. Tive também um contato muito próximo com as instâncias do movimento e pude seguir a atuação deste em várias situações, propiciando uma

¹ Mello (1995, p.54) fala do risco de se naturalizar ou negar uma solidariedade nas populações pobres. Como diz ela “aquela que existe não é de fácil descrição ou fixação conceitual. É nascida da experiência comum de necessidades vitais minimamente supridas. Não é sentimental, mas dura como a vida que levam. Não se manifesta com alarde, mas é calada, apegada à sobrevivência”.

² As assessorias técnicas, nomeadas desta forma, surgiram em conjunto aos movimentos de moradia e, eram arquitetos e engenheiros organizados ou em laboratórios de universidades ou em escritórios autônomos e que davam auxílio às associações no processo de construção. Ver Bonduki (1986) e Ronconi (1995). Essas organizações se tornaram um dos atores que compõem o campo da construção via mutirão e sua contratação por parte das associações é condição necessária para a assinatura do convênio por parte do poder público com as associações. Elas têm variados formatos e formas de atuação. A assessoria em questão é a Integra Cooperativa de Trabalho Interdisciplinar, que é composta por arquitetos, engenheiros, sociólogos, psicólogos e outros profissionais.

³ Essa inversão da equação do conhecer para transformar instala o tensionamento entre os saberes, suas exigências de aquisição, de transmissão e de respostas, e o permanente movimento de interpelação de um pensamento-acontecimento, carregado de inquietações e de incertezas (AGUIAR, 2003).

observação privilegiada do todo o processo, permitindo que esta não ficasse restrita apenas ao tempo e espaço da obra.

Há todo um campo de forças que contribui para a configuração deste espaço coletivo de construção de moradias que passa pelo discurso do movimento do qual as associações fazem parte, pela estrutura interna do movimento, pelas formas como os técnicos do poder público vêem os mutirões e se relacionam com as associações e pelo funcionamento de outros movimentos, já que essas práticas também vão moldando a resposta estatal.

Assim, embora a pesquisa não tenha como objeto os movimentos de moradia stricto sensu, se torna importante refazer sua trajetória histórica e compreender o papel que desempenharam e que lugar ocupam, hoje, na sociedade brasileira.

Poderíamos falar, alargando o conceito de cultura, em cultura dos mutirões, ou seja, valores, costumes e crenças que são transmitidos oralmente e que têm sua concretude nos conjuntos habitacionais que possuem o nome das associações de construção comunitária. Estas referências e histórias fazem parte deste campo que se estabelece e muitas regras e acordos de outros tempos são lembrados pelas famílias. As falas, no sentido de comparar um processo a outro, são corriqueiras e mostram a força desta rede discursiva que se forma.

Portanto, quando pensamos em analisar o funcionamento e a forma de atuação dos participantes de um mutirão, a história dos movimentos é base importante como laço que os liga a uma história comum e também serve de exemplo para a atuação no processo construtivo. As pessoas que participam dos mutirões de hoje não são as mesmas que estiveram presentes nos primeiros anos de luta, mas têm em amigos e familiares as referências deste período.

Como dizem as lideranças do movimento: “você são a terceira geração de mutirões”, e assim temos filhos, sobrinhos e netos que nasceram num apartamento construído em

mutirão ou participaram da obra com seus pais e hoje são mutirantes para conseguir sua própria casa.

Mas devemos delimitar melhor o que significam esses processos instituintes - que foram inovadores - já que os movimentos se deparam com programas habitacionais mais organizados, nos quais não há espaço para muitas negociações e acabam transformando o movimento em apenas organizador de demanda.

Estas ponderações são importantes para que não tomemos um momento histórico por outro e sejamos levados a pensar na dinâmica do mutirão com conceitos de um contexto macrossocial diferente, como o da gestão municipal de 1989, da então prefeita Luiza Erundina⁴. Naquela época, os movimentos estavam no auge de sua capacidade de mobilização e o campo da efetiva atuação política parecia mais alargado, com os movimentos propondo e construindo conjuntamente os programas a serem implementados. Nos depoimentos de participantes deste processo é possível perceber que estávamos diante de um período em que as pressões e as propostas apresentadas provocavam alterações na postura do Estado, e muito do que vemos como política habitacional no âmbito municipal e estadual teve sua matriz naquele período.

Se nos idos da década de 70 e 80, as condições de vida precárias, numa cidade construída a partir da lógica do capital e um contexto político mais amplo da redemocratização, serviram de pano de fundo para a formação de forças sociais como os movimentos de moradia, hoje temos um aprofundamento da pobreza, um quadro de aumento do desemprego e um Estado administrado segundo a lógica neoliberal, com a diminuição dos

⁴ “O programa de produção de habitação em mutirão e autogestão foi formulado e implementado em São Paulo, a maior cidade da América do Sul, pela sua prefeitura com parceria de 108 associações comunitárias e 24 assessorias técnicas, durante a administração Luíza Erundina, do partido dos trabalhadores (1989 -1992) beneficiando mais de 670.000 pessoas.” (BONDUKI, 1996 citado por CAVALCANTI, 2006, p.34) Nesta passagem é apresentado pelo autor um panorama do que foi a política habitacional da gestão Luíza Erundina, que é lembrada com saudosismo pelos movimentos e muitos mutirantes. Os programas implementados foram a primeira grande vitória dos movimentos que haviam nascido pouco antes. Ou seja, foi um trabalho conjunto de criação e fortalecimento destas organizações como interlocutores na criação de políticas públicas de habitação.

espaços do conflito e, portanto, da política. A força discursiva “do direito a ter direitos”⁵, que sustentou o imaginário da transformação da sociedade brasileira, aparece esvaziada. A questão da pobreza se desloca do âmbito político para o exercício da solidariedade e a conquista da cidadania significa a participação em algum curso ministrado por alguma ONG ou o recebimento de um auxílio financeiro advindo de programas públicos de concessão de renda. As políticas sociais se transformam em meros programas paliativos que, envoltos no discurso da inclusão, parecem ter como objetivo tornar mais dóceis⁶ os corpos que transbordam por todos os lados. O mutirão é política de Estado e, portanto está inserido nesta lógica, ao mesmo tempo em que carrega a marca da resistência.

Essa forma de construir que, inicialmente, foi proposta como bandeira dos movimentos e tinha em sua base o baixo custo com melhor qualidade das habitações, a verba na mão dos movimentos, e a promoção de um espaço de formação e emancipação, é agora visto por muitos apenas como uma possibilidade de fazer parte de um programa habitacional. Em algumas conversas informais durante a obra, eles diziam que quase pararam de participar das reuniões, mas que se não pudessem acreditar que conseguiriam suas casas daquela forma, se perguntavam: por qual seria? A via coletiva não aparece como escolha, mas como única opção para atingir o sonho da casa própria. No mutirão, diferentemente do que acontece numa cooperativa - na qual o projeto que sustenta o grupo é de longo prazo e implica permanência, e onde a participação efetiva de seus membros é necessária à sobrevivência do empreendimento - as práticas e o próprio discurso da ajuda mútua aparecem como uma possibilidade de significação e de reivindicação daqueles que dele participam, mas não firmam a existência do grupo em um acordo explícito de cooperação e democracia.

⁵ Essa expressão é utilizada por vários autores que se debruçaram sobre os acontecimentos dos anos 70 e 80 nas classes populares e se refere a busca da cidadania pela elaboração do discurso dos direitos.

⁶ Expressão de Michel Foucault e utilizada por Mello em seu livro *Trabalho e Sobrevivência* (1988) referindo-se as marcas da submissão.

No início do meu trabalho houve certo desânimo diante de um cenário que apontava para uma participação utilitária das famílias no sistema de mutirão e para uma relação complicada com a CDHU. Para a CDHU parecia não fazer diferença alguma qual era a associação envolvida em determinado projeto, pois já estava dado que mutirão é uma forma de trabalho complicada e problemática e era uma realidade impossível de alterar. Além disso, os técnicos e técnicas lidam com muitos convênios e com uma demanda infinita: o particular, o singular, não parecem estar em jogo.

Aos poucos, fui percebendo que o mutirão não poderia ser analisado apenas pelo espectro dos movimentos sociais e da possibilidade de mobilização para a construção de um campo político macro, mas também pelo entendimento do que de fato ocorria naqueles finais de semana. Eram 454 famílias que negociavam, votavam, decidiam e confiavam a uma coordenação – administração e gestão dos recursos – o futuro de sua casa.

O trabalho se lança, portanto, como uma tentativa de compor o cenário em que se dá o processo de construção de moradias: do que significam os movimentos sociais e os programas de mutirões dentro da problemática estrutural da sociedade brasileira; os discursos que produziram e produzem estas práticas e os efeitos possíveis deste processo em sua dimensão micropolítica. Esta empreitada não se dá impunemente, já que toda esta engrenagem também se forja na prática da pesquisadora neste campo de produções, sendo o trabalho também a problematização destas entradas e saídas, contribuindo para considerações acerca da intervenção psi no âmbito social.

Capítulo I

1.1 Dos novos personagens a outros possíveis

No cenário nacional do final da década de 70 configurou-se uma nova forma de organização da população que não estava ligada às instituições clássicas de luta dos trabalhadores, como os sindicatos e os partidos políticos e foram chamados de “novos movimentos sociais” (SADER; PAOLI, 1986).

Era um período de grandes tensões sociais, por conta do governo militar, e estas novas atuações, que tinham na melhoria das condições de vida sua bandeira de luta, reabriam a possibilidade de uma transformação maior da sociedade. Houve uma politização da questão urbana, que se tornou uma força importante na deslegitimação do regime ditatorial imposto à sociedade brasileira naquele momento (KOWARICK; BONDUKI, 1994). O cotidiano, espaço sempre concebido como o da reprodução, passou a ser visto também como o lugar da resistência, com as classes populares elaborando sua condição de existência e a transformando em discurso contestador, instituindo um novo campo das práticas políticas.

Os pesquisadores, principalmente das ciências sociais⁷, focaram seu olhar nestes novos processos, gerando muito debate com relação à importância e o papel deles num contexto mais amplo das lutas populares. O próprio termo “classes populares” passa a caracterizar o que antes era nomeado a partir do conceito de classe social entendido apenas dentro da estrutura produtiva. Ele aponta um deslocamento para a compreensão das práticas destes atores sociais e indica a multiplicidade de espaços onde se faz a classe.

Os movimentos sociais que adentraram no cenário público (e o modificaram) no final da década passada trouxeram novas modalidades de elaboração das condições de vida das classes populares e de expressão social. Suas características comuns nos permitem falar de uma nova configuração de classe. [...] As classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo o lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema

⁷ Dagnino, E; Sader, E; Paoli, M.C; Telles, V; Doimo, entre outros.

específico que as motiva ou segundo algum princípio comunitário que as agrega. (SADER, 1988, p.311-313)

O interesse pelos movimentos sociais não se dava apenas nos estudos realizados, mas também num envolvimento direto dos pesquisadores com esses grupos. Alguns acadêmicos construíam junto com os movimentos uma nova atuação política, promovendo seminários e formação política, além de assessorá-los tecnicamente⁸. Na passagem a seguir, retirada de um texto de Ruth Cardoso (1994, citado por Vidigal, 2006 p.22) fica clara a euforia frente a estas novas organizações e o impacto nas teorias acerca das classes trabalhadoras,

houve, portanto uma militância clara dos próprios acadêmicos – extremamente importante e justificada pelo contexto autoritário no qual estávamos - um desejo de valorização, um entusiasmo com esses fenômenos novos que apareciam e ao mesmo tempo, a tendência de olhar para eles através de uma técnica de pesquisa, de um olhar diferente do antigo.

Na academia além de novos referenciais para se pensar as lutas sociais, as próprias metodologias de pesquisa sofreram modificações e colocaram em análise as produções científicas. Foi o surgimento das teorias participativas e da produção de um conhecimento que se alinhava aos movimentos contestatórios da época.

Um outro elemento importante dessa inovação era a organização interna dos movimentos, que priorizava a participação e uma gestão mais aberta de seus espaços. Além da importância macro de um novo sujeito social na cena política, outro processo que se dava no pequeno estava ocorrendo: a experimentação de formas diferentes de relações sociais cotidianas (EVERS, 1984). Ou seja, a população das camadas mais pobres podia refletir sobre

⁸ Na dissertação de mestrado de Nabil Bonduki, o autor descreve a formação do Laboratório de Habitação do Curso de Arquitetura da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, que foi modelo para outros como o da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica de Santos, da PUCcamp, USP e Unicamp. Os professores e estudantes proponentes destes laboratórios tinham como objetivo aproximar a universidade das classes populares e foram responsáveis por assessorar algumas das primeiras experiências habitacionais realizadas pelos movimentos de moradia que nasciam.

sua condição e criar estratégias de atuação que a colocavam de forma diferenciada nas questões da vida pública.

Dagnino (1994) falou em nova cidadania e a diferenciou de uma visão liberal do conceito, pois em sua concepção: houve uma redefinição da idéia de direito, ou seja, a disputa se daria não só por direitos universais, mas também pela criação de novos direitos que surgiriam a partir de práticas concretas, daí a expressão “o direito a ter direitos”, utilizada por vários teóricos do tema; o movimento se deu “de baixo pra cima”, com as classes populares assumindo-se como sujeitos sociais ativos e não vinculadas a estratégias do Estado e das classes dominantes de inserção dos desvalidos; se constituía como uma proposta de outra sociabilidade, que dizia respeito a todas as relações sociais e não apenas ao sistema jurídico-formal dos direitos.

Para a autora, há uma relação intrínseca entre política e cultura. Assim, o conceito de cidadania representa o aprofundamento de uma cultura democrática que se estabelece na ampliação do espaço público – entendido como espaço da política - não apenas na relação com o Estado, mas também na transformação do todo da vida social.

Havia, portanto, uma unanimidade quanto à necessidade de garantia dos direitos em sua dimensão política para os historicamente excluídos e os estudos acadêmicos seguiam um campo de referências que tinha em seu centro as noções de igualdade, direitos e cidadania, na busca por uma sociedade mais democrática e justa. Era a ampliação do espaço do dissenso e do conflito e, portanto da política.

Os novos canais de participação, como as experiências do orçamento participativo e os conselhos e fóruns dos mais variados temas que surgiram nas prefeituras mais progressistas, traziam a dimensão de uma participação não só reivindicativa, mas também com a população construindo conjuntamente com o Estado os rumos de uma nova sociedade.

As novas organizações apresentavam uma nova forma de relacionamento com o Estado, não de tutela e manipulação, e sim circunscrito num espaço entendido como político, de aparecimento do dissenso e de disputa da “parcela dos sem parcela”⁹. As novas organizações carregaram, por pelo menos uma década, o otimismo de uma transformação no campo político brasileiro.

Entretanto, esse vir a ser parece não ter se consolidado, nas palavras de Telles (2007, p. 201), “nos vinte anos que separam os dois registros do debate [linguagem dos direitos], as noções de leis, direito, cidadania e espaço público foram esvaziadas de sua potência crítica.” Ou seja, os autores que na década de 80 usavam esses referenciais, hoje entendem que é necessário realizar um deslocamento teórico e montar outro quadro de referências para pensar a trama social e compreender onde estão as linhas de fuga.

A aposta nestas novas organizações como promotoras de um Estado de direito efetivo não se consolidou e com ela parece ter ido também o vir a ser que carregavam. Hoje, o entrelaçamento das práticas ou se dá de forma homogênea ou as práticas estão sempre sendo remetidas a um outro tempo em que tudo podia ser diferente. Além disso, com a não confirmação da ação coletiva, a solidariedade e a organização para transformar perderam sua força. Parece que a questão não está tanto na continuidade desses espaços, já que hoje continua-se falando muito em participação. A questão parece estar na força transformadora que esta participação pode ter atualmente.

Além disso, os discursos aparecem capturados, a força perdida não está apenas na forma de conceituação que pede novas configurações: a linguagem não parece conseguir impor diferenças. Dagnino (2004) traz a idéia de “confluência perversa” como um dos impactos do projeto neoliberal na cultura política. Se por um lado os anos 70 e 80 trouxeram os ideais de uma cultura democrática que buscava a ampliação dos espaços públicos de

⁹ Expressão utilizada por Jacques Ranciere.

discussão e decisão, reivindicando uma participação efetiva nas políticas estatais e a garantia dos direitos, os anos 90 trazem o discurso do Estado mínimo e a isenção por parte deste das garantias sociais, passando-a para a sociedade civil. Desta forma, tanto um sistema quanto o outro requerem uma sociedade civil ativa, mas com objetivos antagônicos, acarretando uma indeterminação das diferenças, apesar da igualdade ser apenas aparente.

As mesmas palavras assumem outros sentidos e todos parecem estar falando a mesma coisa. Os movimentos falam em cidadania e participação da mesma forma que grandes empresas e seus institutos de responsabilidade social. Como coloca a autora (1994, p. 97),

a disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. Nessa disputa, onde os deslizamentos semânticos, os deslocamentos de sentido, são as armas principais, o terreno da prática política se constitui num terreno minado, onde qualquer passo em falso nos leva ao campo adversário.

E ela complementa colocando a dificuldade imposta aos atores que estavam na constituição dos espaços de participação e que hoje, muitas vezes, repensam suas atuações e se encontram diante do paradoxo de estarem trabalhando para o lado oposto, reforçando a responsabilização da sociedade civil. Inclusive, durante a década de 90, alguns movimentos sociais seguiram o caminho da institucionalização, buscando, dentro do avanço da democracia, compor com as forças estatais.

Como parte do impacto das idéias neoliberais, há o deslocamento da concepção de política para a de solidariedade e a pobreza passa a não ser circunscrita dentro do campo do acesso a direitos, mas sim em relação à inserção no mercado e as políticas estatais visam a inserção econômica através de cursos de qualificação e de empreendedorismo. As políticas habitacionais e os programas de mutirão passam, cada vez mais, para o campo da melhor forma de gestão e perde-se de vista a promoção de um efetivo campo de construção de relações sociais diferenciadas via construção da moradia. As associações ficam reféns das

regras dos convênios e pouco conseguem negociar, as famílias que trabalham coletivamente para construir suas casas aos finais de semana se tornam apenas um cálculo de custo-benefício a ser levado em conta nos gastos com habitação. Além disso, com a proliferação das ONGs e dos mecanismos do discurso da responsabilidade social, que tem como prerrogativa a definição de demanda e a priorização de ações dependendo do grupo alvo, as organizações populares começam também a adentrar por este circuito. Num dos mutirões da chamada primeira geração, a associação dos moradores acaba de receber um financiamento para o aumento de sua sede. O dinheiro veio de uma grande construtora, via sua fundação de responsabilidade social, ao contrário do que ocorria no início dos anos 90 quando todos os convênios firmados pela associação, como a creche e o centro de juventude, tinham parcerias com o poder público.

Frente a este estado de coisas e na busca por um deslocamento a partir dele, parece estar se conformando um novo campo de lutas. Buscam-se outras armas tentando fazer frente aos desastres das políticas neoliberais e procura-se forjar novas gramáticas de resistência e novas formas de fazer. Em meio ao desemprego em massa e às terceirizações, há um retorno aos ideais cooperativos e a organização para o trabalho via autogestão se configura como uma possível resistência à competição desenfreada e ao individualismo exacerbado decorrentes do sistema dominante. Estas novas iniciativas se dão no contexto da recuperação de empresas falidas e, portanto, na busca de novas formas de ser trabalhador. E, no contexto de extrema segregação nas periferias, os excluídos do mercado de trabalho podem, em meio aos bicos, experimentar novos fazeres e formas de trabalhar em seu cotidiano.

Muitos autores alertam para o trabalho nas brechas. Como diz Paul Singer, trabalhamos nas fissuras do capitalismo¹⁰, ou seja, tentando enganchar nas linhas de fuga que se apresentam dentro do sistema, e por isso é preciso ter cautela para não obscurecermos em

¹⁰ Expressão usada por Paul Singer quando fala das iniciativas de Economia Solidária

que solo se dão as resistências. Essas iniciativas e o próprio fazer dos movimentos sociais nesta nova trama devem sempre ser pensados no fio da navalha da reprodução e da resistência, no limite entre “a vida nua – quer dizer a vida matável – e as formas de vida – quer dizer possibilidades, potências, capacidades de inventar outros possíveis” (TELLES, 2007, p.218).

1.2 Os movimentos de moradia: a habitação e a política

Dentro do panorama do final dos anos 70 e início dos 80, os movimentos de moradia foram importantes atores sociais e tema de muitos trabalhos que focaram na compreensão e análise destas novas formas de se fazer política. Mas, aliadas a este contexto de efervescência política, haviam modificações estruturais ligadas à questão habitacional e que também propiciaram um campo de tensões que compuseram o quadro daquele período.

Até os anos 70, a aquisição da casa própria estava ligada ao trinômio loteamento periférico/lote próprio/auto-emprego que surgiu em meados da década de 40 em função de uma crise de moradia no período (BONDUKI, 1986). Essa solução fez com que diminuísse o número de casas alugadas. Parte da população pobre da cidade, em sua maioria migrantes, após anos de pagamento de aluguel, conseguiu adquirir um terreno numa região distante da cidade e lá construiu sua casa, via autoconstrução. Apesar do trabalho empreendido aos finais de semana, das dificuldades com a localização e da necessidade de busca de infra-estrutura junto aos órgãos competentes depois da casa pronta, a aquisição da casa própria significava a segurança da família¹¹, que numa fase de dificuldades econômicas ficava protegida de passar a uma situação de maior precariedade. Desta forma, na década de 70, grande parte da zona periférica da cidade de São Paulo foi povoada e 54% dos domicílios da cidade era dos próprios moradores.

Esta forma de apropriação do espaço, denominado padrão periférico de crescimento urbano, refletia o pouco caso do poder público com a questão habitacional e, em muitas ocasiões, aparecia como política deliberada do Estado,

fechar os olhos ao surgimento destes loteamentos e depois esquecer sua existência fazia parte de uma estratégia dos órgãos públicos para arrefecer a

¹¹ Ainda hoje, o sonho da casa própria circula pelo imaginário da população brasileira como sinal de certa estabilidade. Nas classes populares o pagamento do aluguel absorve mais de 50% da renda da família, além de serem moradias precárias caracterizadas por dois ou três cômodos.

crise habitacional que, no período do pós-guerra, assumia aspectos explosivos, além de beneficiar os interesses dos proprietários de terras e loteadores. Um recado do governador Ademar de Barros em 1947: “podem construir suas casas sem planta que a prefeitura fecha os olhos”. Num momento em que a iniciativa privada deixou de investir em escala significativa na construção de moradias populares, o poder público – que passou a ser responsabilizado pelo suprimento deste tipo de necessidade social – pode, graças à expansão do padrão periférico, deixar de canalizar recursos para a construção de moradias populares (KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 151).

Segundo Oliveira (2006, p.68), numa análise estrutural do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira, a autoconstrução aparece como base importante de acumulação do capital,

eu diria que a industrialização brasileira foi sustentada por duas fortes vertentes. A primeira foi a vertente estatal, pela qual o Estado transferia renda de certos setores e subsidiava a implantação industrial. E a segunda eram os recursos da própria classe trabalhadora, que autoconstruía sua habitação e com isso rebaixava o custo de reprodução. [...] O círculo se fechava. O capital se reproduz com o rebaixamento do custo da força de trabalho ou, em outras palavras, com o rebaixamento do salário. Desse ponto de vista, a autoconstrução era estranhamente um mecanismo de acumulação primitiva, pois a casa construída daquela forma não se transformava em capital.

Mas a partir da década de 80 o cenário começa a mudar, havendo uma diminuição na aquisição de casa própria, um aumento no número de inquilinos e o nascimento de grande número de núcleos de favelas, invertendo uma tendência de 40 anos. As hipóteses levantadas por Bonduki (1986) para o fenômeno foram: a diminuição da oferta de lotes periféricos devido a aprovação de uma lei¹² mais rigorosa na fiscalização da criação de lotes clandestinos e na punição dos envolvidos, o elevado custo do transporte e a escassez das terras existentes

¹² Lei Lehman (Lei 6766) de dezembro de 1979.

em torno da cidade, encarecendo o valor do lote. Atrelado a isso, havia todo um cenário econômico de crise com alto índice de desemprego, arrocho salarial e alta inflacionária, que dificultava sobremaneira a vida da população de baixa renda, ainda mais aquela que tinha como gasto principal o pagamento do aluguel.

Neste contexto de quase inviabilidade do morar e de uma efervescência da politização das questões urbanas, a reivindicação coletiva passa a ser a forma possível de encontrar uma saída para a questão da moradia. Nesta época, foram realizadas as primeiras ocupações¹³ de terra sendo a da Fazenda Itupu, com a participação de 3.000 pessoas, em 1981, um marco histórico.

Bonduki (1986) aponta diferenças na caracterização destes grupos com relação a outras lutas por habitação em anos anteriores¹⁴: a população organizada era dos habitantes de casas e cômodos de aluguel que, até pouco tempo, tinham a saída individual da compra de lotes para a autoconstrução e, portanto eram desmobilizados; as reivindicações eram no sentido de buscar novas alternativas habitacionais, diferentes do histórico de lutas anteriores que sempre foram na busca de melhorias para a situação habitacional na qual estava o

¹³ Segundo dados da época, a Secretaria da Família e Bem Estar Social cadastrou 61 ocupações por mais de 10.000 famílias entre junho 81 e maio de 84.

¹⁴ No histórico de mobilizações das classes populares relacionadas a questões habitacionais está a organização dos inquilinos para baixa nos aluguéis, já que até 1930 essa era a principal forma de moradia na cidade de São Paulo. Um ponto interessante é que como a negociação de valores dizia respeito apenas ao inquilino e locador, não havendo nenhuma forma de regulamentação, a pressão não era dirigida ao Estado, mas sim aos donos dos imóveis. Em 1940, com o Estado implementando várias ações interventivas e algumas delas relacionadas a habitação, tais como a criação das carteiras prediais dos institutos de aposentadoria e previdência; o decreto da lei do inquilinato; decreto que regulamentou os loteamentos populares, há uma nova configuração da questão habitacional gerando uma nova movimentação da população. Em função da lei do inquilinato – que tinha outros objetivos para além da proteção a classe trabalhadora - há um congelamento nos aluguéis passando a não ser mais negócio investir em casas de aluguel o que gerou um alto índice de despejos, transformando-se no maior problema habitacional deste período. A falta de outras casas com aluguéis compatíveis e o aumento no número de sem-teto passa-se a um movimento da população pelo direito à habitação – aqui entendida como casa pronta e com equipamentos sociais em sua proximidade – pois outras saídas como os lotes periféricos existiam e podiam ser adquiridos por essa população. As mobilizações se dão no sentido de tentar modificar a lei do inquilinato e impedir os despejos e outra no sentido de resistência ao próprio despejo. Grupos que viviam em moradias coletivas se organizavam e procuravam a imprensa, e o poder público. Uma mudança com relação a movimentação anterior dos inquilinos é a pressão passar a ser dirigida ao Estado, já que este tinha assumido um papel interventor maior a partir da revolução de 30, além da participação do Partido Comunista do Brasil nestas organizações mas atuando de forma pontual não tendo em vista a criação de um movimento mais forte e maior agregando todo o contingente de famílias que estava sofrendo com os despejos. O momento posterior é a mobilização da qual trata este trabalho do final dos anos 70, que teve como um de seus pilares também uma mudança na oferta de moradia na cidade (BONDUKI, 1994, p. 113 – 145).

morador – melhoria da casa e infra-estrutura do bairro; o acompanhamento contínuo de assessores técnicos que ampliaram a busca não por uma solução pontual, mas por uma política habitacional.

Tinha-se, assim, uma nova configuração da situação habitacional na cidade de São Paulo e os programas estatais não se apresentavam como alternativa para a população de baixa renda¹⁵, atrelado a isso um processo de organização das forças sociais e de uma reformulação do discurso democrático e das lutas sociais com o novo sindicalismo e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) contribuindo para o surgimento de uma reivindicação mais elaborada que pretendia ir além de uma necessidade pontual da casa, estabelecendo uma relação mais autônoma e propositiva com o Estado.

Foi nesta época que as idéias da autogestão e da ajuda mútua tomaram corpo e passaram a ser princípios na discussão acerca dos projetos a serem implementados. Fundamental para reforçar esta posição, que não era assumida de forma tão consciente mas vinha no discurso de vários atores presentes em contraposição ao socialismo de Estado, foi a experiência do cooperativismo uruguaio¹⁶ trazido ao Brasil pelo engenheiro Guilherme Coelho.

O exemplo da referência uruguaia mostra a importância de outros atores que estavam presentes nessas novas organizações e que contribuíram na forma tomada pelos discursos, práticas e ações dos movimentos. Neste contexto surgem as assessorias técnicas, inicialmente de forma mais individualizada e depois mais institucionalizada, com os arquitetos e engenheiros buscando uma atuação mais comprometida com as transformações da sociedade brasileira. O encontro da política e da técnica proporcionou uma articulação e um poder de

¹⁵ No ano de 1984, o Banco Nacional da Habitação (BNH) destinava 6% dos seus financiamentos para famílias com até 3 salários mínimos; 20% com até 5 salários mínimos e 78% superior a 5 salários mínimos (RONCONI, 1995, p.4).

¹⁶ Houve a visita de cooperados uruguaio no Encontro de Moradia em 1984 e a experiência das vivendas uruguaioas, mais tarde, foi conhecida in loco com a organização de uma viagem ao Uruguai em 1991 com a participação de vários militantes dos movimentos de moradia, universitários e pessoas ligadas a questão habitacional. Esse encontro consolidou as idéias de autogestão no discurso e prática dos movimentos ligados a União dos Movimentos de Moradia.

negociação maior junto aos poderes públicos por parte da população, já que a decodificação das informações técnicas era feita pelos assessores. Em alguma medida pode se fazer uma leitura que minimize a força de organização das classes populares e supervalorize a ação das assessorias. Como coloca Bonduki (1996, p.70) que não só analisou os movimentos, mas trabalhou em parceria com eles na formulação das primeiras propostas, “[os movimentos] não poderiam formular um programa habitacional alternativo se não dispusessem de informações e instrumentos analíticos essenciais, que somente puderam obter, com confiança, por contarem com assessoria autônoma do poder público”, ou seja, os técnicos estavam lá para instrumentalizar os movimentos, traduzir os dados técnicos e transformar os anseios da população em saídas possíveis para a construção de moradias populares. As assessorias, apesar de participação ativa na proposição de idéias, eram entendidas como estando o técnico a serviço da comunidade. Os espaços políticos de organização do movimento eram preservados e garantidos de forma autônoma (BONDUKI, 1986).

A falta de espaço de atuação política concentrou aqueles que acreditavam na possibilidade da transformação da sociedade brasileira em torno destas novas organizações populares. Foi um encontro de diversos atores com diferentes motivações que gerou um campo de forças consistente, traduzido numa nova matriz discursiva (SADER, 1988). No campo habitacional isto proporcionou iniciativas inovadoras que transformaram a resposta do poder público à questão da moradia.

Entre 89-02, na gestão de Luiza Erundina, representante eleita por essas novas forças sociais, das quais faziam parte os movimentos de moradia, foi possível um avanço na implementação da proposta dos mutirões autogestionários, além da continuidade desta outra forma de se fazer política, sendo possível “considerar a história que já vinha sendo escrita pela população” (RONCONI, 1995, p.12). Ou seja, havia toda uma articulação e uma produção no âmbito social que teriam um espaço para serem transformadas em ação do

Estado em conjunto com a população. E isso significou não só a abertura do diálogo e a construção coletiva das ações públicas, mas também a formação de uma equipe de governo que tinha forte ligação com os movimentos por experiências anteriores de trabalho. Instituiu-se um campo - projetos, práticas, discursos - que culminaram numa política pública municipal e estadual.

A criação do FUNAPS Comunitário – linha de financiamento municipal voltada para a construção de habitações realizadas em regime de mutirão e autogestão - foi o resultado de um trabalho conjunto e de uma escolha política pelo fortalecimento de propostas que vinham sendo realizadas de forma mais incipiente e individualizada pela pressão de alguns grupos organizados. Um exemplo foi o projeto Recanto da Alegria¹⁷ que, no ano de 83, com o trabalho em mutirão e a gestão dos recursos pelos próprios moradores, re-urbanizou a favela e produziu 37 moradias pelo preço de um apartamento.

O programa consistia em repassar para as associações comunitárias a verba relativa ao valor do projeto apresentado à COHAB. A experiência deste programa e sua eficiência com relação ao custo e à qualidade das habitações é visível, como demonstra Ronconi (1995), além do que, este tipo de experiência representa ganhos na participação das classes populares na gestão de recursos públicos e fortalece as organizações como um importante interlocutor político.

	Área (m²)	Custo do m²
Cingapura	43,18	262,62
Mutirão Talara (Funaps Comunitário)	56,35	133,41
Mutirão Madre de Deus (Funaps Comunitário)	59, 81	181,45

Quadro comparativo de dois empreendimentos construídos pelo Programa na gestão Erundina e o Projeto Cingapura implementado pelas duas gestões posteriores (RONCONI, 1995, p. 174-175).

¹⁷ O relato completo pode ser encontrado em BONDUKI, N. “Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais”. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 1986.

Após a gestão Erundina, os movimentos passaram por um período difícil de negociação e atuação na capital paulista com a gestão de Paulo Maluf e de seu sucessor Celso Pitta. Alguns conjuntos ainda não estavam terminados e muitos só foram concluídos na gestão seguinte, com a prefeita Marta Suplicy (2001-2004). Durante o tempo de paralisação, o movimento demonstrou um forte poder de mobilização, tendo o Fórum de Mutirões como um espaço importante de articulação. Foram buscadas alternativas e alguns empreendimentos foram finalizados com verba pública e também com fundos das próprias famílias.

No âmbito estadual, em 1991, houve uma discussão da UMM¹⁸ com o governo Fleury e foi criado o Programa UMM da CDHU, nos moldes do realizado na gestão municipal. A UMM oficializou alguns convênios e produziu empreendimentos que são referência até hoje para os movimentos de moradia. Já na gestão Mário Covas, o programa sofreu modificações e se caracterizou por retrocessos no que dizia respeito à participação da população. A maioria dos convênios passou a não realizar a discussão do projeto com as famílias mutirantes, além das assessorias técnicas escolhidas não terem nenhuma relação com o movimento. Essas mudanças demonstravam que o entendimento da proposta de mutirão havia sido incorporada como uma política habitacional que barateava custos, mas esta incorporação não tinha como objetivo o desenvolvimento da autonomia da população na construção de sua moradia. No período de sua gestão, o Governador Mário Covas tornou-se figura emblemática. Estava presente em atos dos movimentos contra a CDHU e assumia compromissos pessoalmente com eles. Assim, foi chamado de “pai dos mutirões” e sempre é lembrado por reivindicar a colocação do apartamento no nome da mulher¹⁹, independente dela apresentar renda. Apesar de toda essa proximidade com o “povo”, o Programa Paulista de Mutirão e Autogestão não

¹⁸ A União dos Movimentos de Moradia é uma associação de movimentos de moradia que atuam no Estado de São Paulo. Ela foi formada em 1987 e possui uma coordenação composta por nove membros: um da Baixada Santista, um das cidades que compõe a região metropolitana, um do interior e seis da capital (um de cada região da cidade – Sul, Leste, Oeste, Sudeste, Norte e Centro) Cada uma dessas regiões possuem movimentos como o descrito neste tópico e se constituem como uma importante força política.

¹⁹ Os contratos de financiamento das unidades eram assinados só por aqueles que apresentavam renda e na maioria das vezes as mulheres ficavam de fora. Na gestão Mário Covas as mulheres passaram a assinar independente se apresentavam renda ou não.

era visto com bons olhos pela UMM e gerou até um debate interno no movimento em relação à adesão ou não ao programa (DORIA FILHO, 1996).

Ainda no início da década de 90, além da implementação dos programas governamentais a partir das demandas apresentadas pelos movimentos, houve uma grande mobilização em torno da proposta de um Fundo Nacional da Habitação - primeiro projeto de lei de iniciativa popular - que obteve mais de um milhão de assinaturas. O projeto foi apresentando ao Congresso em 1992 e aprovado em 2003, na gestão de Lula no Governo Federal. Nessa esfera governamental, a criação do Ministério das Cidades, na gestão de Olívio Dutra, também pode ser considerada um momento interessante da relação do Estado com os movimentos sociais urbanos, já que a formação do corpo técnico levou em conta a incorporação de pessoas que tivessem experiência na temática habitacional junto aos movimentos, além da contratação de militantes históricos dos mesmos.

É importante frisar que essas contratações não tinham o objetivo apenas de compor forças políticas, nem de abrir espaço para quadros do partido e sim de ter interlocutores importantes junto ao governo. Mas essa situação trouxe à luz um debate importante sobre a relação dos movimentos sociais com o Estado. Vidigal (2006), em sua dissertação de mestrado, apresenta esta temática a partir da gestão municipal da petista Marta Suplicy e aponta que a participação dos movimentos em outras instâncias políticas mais institucionalizadas, como os gabinetes e as assembléias legislativas e câmaras municipais, são fruto de uma maior abertura à participação popular, mas o modo como elas operam não tem contribuído para um avanço nas relações do Estado com a sociedade civil. Esta relação tem-se configurado como uma forma de cooptação destas forças sociais, enfraquecendo a possibilidade do dissenso e da luta política legítima.

Ainda no âmbito federal, com o Ministério das Cidades, podem ser contabilizadas várias conquistas, como as conferências nacionais das Cidades, um Programa Nacional de

Regularização Fundiária, o Conselho Nacional das Cidades, a lei federal que institui o marco regulatório do Saneamento Ambiental, a Lei Federal dos Consórcios Públicos, a Lei Federal do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, a instituição do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social, a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, um PL (atualmente no Congresso) que visa instituir um marco regulatório da mobilidade urbana, e o PAC da habitação e do saneamento (MARICATO, 2007).

Ainda fazendo uma retrospectiva dos últimos anos de atuação dos movimentos de moradia, a administração petista no governo municipal – gestão Marta Suplicy - foi uma retomada das políticas habitacionais que priorizavam a participação popular, com a volta do programa de mutirões e a finalização dos projetos que haviam sido iniciados na gestão Erundina. Já a atual administração municipal tem dificultado a finalização dos convênios assinados na gestão anterior, com a paralisação das obras por falta de recursos e a necessidade de grande mobilização para a continuidade do convênio. Além disso, o programa de mutirões foi praticamente extinto, e os movimentos enfrentam dificuldades na negociação neste nível governamental.

Hoje, os movimentos ligados à União dos Movimentos de Moradia estão desenvolvendo projetos em todos os níveis governamentais, apesar das dificuldades de negociações com a Prefeitura. Eles têm tido maior participação nos governos ligados ao Partido dos Trabalhadores, inclusive compondo o corpo técnico. Apesar disso, a conquista institucional não tem promovido, na prática, uma mudança que toque no cerne da questão habitacional,

os movimentos sociais devem lutar por novos marcos jurídicos, mas é preciso ter em conta que isso está muito longe de assegurar conquistas reais, como estamos testemunhando com a quase nula aplicação dos instrumentos mais importantes do Estatuto da Cidade, seis anos após sua promulgação. Apesar da força e da unidade dos movimentos urbanos, o secularmente almejado

acesso à terra concretamente pouco avançou nesses anos de conquistas institucionais (MARICATO, 2007)²⁰.

Assim, os movimentos que antes se encarregavam de um novo fazer político, hoje aparecem no cenário de forma diferente do que nos anos 80. Atualmente, os movimentos agem influenciando nas políticas habitacionais produzidas no país não só no campo da lutas nas ruas, mas também através da participação direta nos governos, atuando de forma mais institucionalizada. Em certa medida, vivem as contradições de um Estado que tem na gestão seu principal objetivo e de um discurso que prega a participação da sociedade civil ligada à desresponsabilização estatal.

Os movimentos, ao longo destes vinte anos de luta, puderam instituir políticas públicas que perduraram no tempo, mas que hoje vem sofrendo modificações ou que parecem ter seus objetivos deturpados. A CDHU, durante a conclusão deste trabalho, lançou um novo programa de mutirão que tem não mais a autogestão, mas a co-gestão como sua base.

²⁰ Trecho retirado do texto *Nunca fomos tão participativos* publicado no site www.cartamaior.com.br em 2007.

1.3 Os mutirões autogestionários: uma bandeira de luta

É preciso, inicialmente, caracterizar o que são os mutirões autogestionários, já que há dois conceitos embutidos nesta forma de construção. Um primeiro conceito diz respeito ao uso da mão de obra dos futuros moradores no processo construtivo, ou seja, à ajuda mútua. Os termos mutirão e ajuda mútua têm suas raízes na zona rural e, nos termos colocados por Antonio Cândido, essa solidariedade aparece como consequência de uma sociabilidade baseada na cooperação e amizade para com os outros, além de “uma obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que auxiliam” (CÂNDIDO, 2001, p.88). Na área urbana, poderíamos apontar a experiência de mutirão na tradição de bater a laje e oferecer um almoço ou um churrasco aos participantes. No caso das iniciativas habitacionais, a idéia de ajuda mútua atrelou-se à da auto-construção, numa tentativa de potencializar um saber individualizado de forma coletivizada. A diferença que podemos apontar entre as experiências rurais e urbanas é que as primeiras estavam ligadas à redes de relacionamento anteriores ao trabalho coletivo e faziam parte das características da sociabilidade do caipira e as segundas – os mutirões autogestionários – estão ligadas à necessidade da casa. E a partir daí se teceriam novas relações entre os participantes.

Outro conceito que está presente nesta forma de construção é o de autogestão, que significa a gestão de um coletivo pelos próprios participantes. A idéia da autogestão para a habitação chegou ao Brasil através da difusão das experiências das cooperativas uruguaias, mas pela dificuldade das leis brasileiras não foi possível reproduzir a experiência no Brasil. Mesmo assim, o termo autogestão e seus princípios passaram a caracterizar a luta dos movimentos pela gestão dos recursos públicos. As idéias de democracia interna e de um fazer coletivo eram parte do discurso e da prática dos movimentos, mas o uso da expressão autogestão se referia mais à forma de gestão dos recursos e da participação na formulação do projeto arquitetônico do que à dinâmica interna de trabalho que ficava caracterizada pela

ajuda mútua. Na fala de Bonduki, fica clara uma apropriação que vai se dando na prática dos movimentos e no diálogo com outros atores sociais:

Tanto entre os movimentos de moradia como entre apoios aos movimentos existia uma enorme confusão, uma enorme dificuldade de compreender o que era autogestão. Este tema só começa a ser assumido mais claramente a partir de 1989. Na verdade, no início dos anos 80 a idéia que estava clara era a idéia de mutirão, e não de autogestão. (...) Porque o mutirão, os movimentos conheciam, discutiam. A grande questão na época se dava entre autoconstrução e mutirão. Enquanto alguns consideravam que a experiência de mutirão envolvia um processo coletivo de construção e, portanto era melhor, outros achavam que era uma proposta difícil de ser viabilizada. A igreja teve um papel muito importante na questão do mutirão enquanto união das comunidades, ‘fazendo com as próprias mãos, em contraponto a política centralizadora do BNH. (...) A proposta da autogestão, ainda em 1989 é assumida muito parcialmente. Os movimentos não tinham como palavra de ordem. O que colocava sim era a questão do mutirão e a questão da terra. A grande reivindicação da União dos Movimentos de Moradia era ‘mil lotes em cada região’. Se naquele momento a prefeitura tivesse assumido um programa de distribuir lotes urbanizados para que a população construísse por seu próprio esforço, penso que os movimentos teriam aceito – e então a proposta da autogestão não teria caminhado quanto caminhou. (...) Inclusive a própria Erundina, em uma reunião em São Miguel, em fevereiro de 1989, comprometeu-se a fazer os mil lotes em mutirão. Um mês depois os sem-terra fizeram um acampamento reivindicando os mil lotes. E eles exigiam respostas rápidas. Iniciamos, então, a colocar a questão da construção de casas por autogestão e os movimentos começaram a rever suas bandeiras. De repente, esses ‘mil lotes viraram mil casas’. Inclusive, no plano de ação imediata que fizemos no começo de 1989 previa-se a distribuição de 15.000 mil lotes sendo 3.000 para a construção de casas e mil para processos alternativos baseados em cooperativas de autogestão” (CAVALCANTI, 2006, p.68).

Após as primeiras experiências, todas essas denominações foram sendo incorporadas e também revistas: falava-se em autogestão, mas a organização do canteiro era como numa fábrica; o mutirão, bandeira de luta, desgastava muito os participantes. Já nos primeiros

encontros dos movimentos de moradia, as críticas ao sobre-trabalho das famílias nos finais de semanas eram correntes e se transformaram na reivindicação de mais verba para mão de obra especializada. Não houve, naquele momento, o abandono total da proposta do mutirão por que o sistema baixava o custo final da habitação. Ainda hoje esta é uma das justificativas para a defesa do programa²¹.

Após as primeiras experiências realizadas no final da década de 80, na cidade de São Paulo, na gestão da Prefeita Luíza Erundina, foi necessário rever a construção de casas²² e começar a pensar na verticalização. Por um lado devido à alta demanda por habitação e à quantidade reduzida de áreas ainda livres para a construção, e por outro pelo movimento começar a reivindicar mais verba para mão de obra especializada em função do desgaste das famílias. Assim, a partir dos projetos verticalizados, passa a existir uma verba de contratação de mão de obra especializada, que no programa em questão representa 60% da mão de obra total a ser utilizada em obra, ou seja, pode-se contratar uma empreiteira para a realização da parte mais pesada da obra.

Ainda na questão dos custos, o que aparece nas falas dos técnicos da CDHU e mesmo na comparação dos custos finais das obras em mutirão, é que essa porcentagem de 40% de mão de obra mutirante não é verificada nos preços finais das unidades em comparação aos realizados integralmente por empreiteiras contratadas, ou seja, o valor final dos apartamentos construídos em mutirão não são 40% mais baratos. Não é possível fazer esta relação tão diretamente, já que a comparação se dá nos custos finais, não havendo aprofundamento em todas as variáveis que estão presentes em uma construção. As empreiteiras podem chegar a

²¹ Num estudo realizado com 20 empreendimentos em 15 municípios diferentes foi constatada uma redução de 30% no custo final nos empreendimentos feitos em regime de mutirão, mas segundo Abiko e Coelho (2006, p.12), o impacto não se dá no custo direto do uso da mão-de-obra das famílias, a grande diferença observada entre o custo na produção convencional e o custo do mutirão explica-se não somente pela não incidência de parte da mão de obra no mutirão, mas também pela maior magnitude dos custos indiretos no processo convencional, particularmente em itens que não existem no mutirão (encargos financeiros e bonificações) ou existem, mas são muito inferiores como transporte, alimentação, escritório central e canteiro.

²² O programa municipal Funaps Comunitário e outras experiências isoladas previam sempre a construção de casas. A partir do programa da CDHU os projetos passaram a ser de prédios.

valores mais baixos por terem escala de produção, por comprarem os materiais mais baratos - seja por um poder maior de negociação, seja pelo uso de materiais de qualidade inferior.

Assim, se torna necessário ampliar o debate e dividi-lo, pois as críticas são em torno do uso da mão de obra mutirante e sua real necessidade para o barateamento dos custos, mas há discussão acerca do fato de a gestão dos recursos ficar na mão das associações. Os programas sempre vinculam mutirão e autogestão, mas é possível pensar em propostas nas quais a população decida o projeto e gerencie a obra, mas não trabalhe diretamente nas atividades mais pesadas em canteiro.

O teórico Chico de Oliveira (2006, p.72) faz críticas contundentes a este sistema de construção, afirmando que,

o mutirão é uma espécie de dialética negativa em operação. A dialética negativa age assim: ao invés de elevar o nível da contradição, ela o rebaixa. Elevar o nível da contradição significaria atacar o problema da habitação pelos meios do capital. Rebaixar o nível da contradição significa atacar o problema da habitação por meio dos pobres trabalhadores.

Ou seja, esta proposta só serviria para a manutenção do sistema e não ofereceria seu contraponto.

Há outros que colocam, como contrapartida do esforço do trabalho, as possibilidades de experiências diferenciadas nas atividades de obra. A organização coletiva e a convivência cotidiana poderiam proporcionar um espaço de reflexão sobre as condições de vida dos participantes e a criação de laços comunitários facilitando a consolidação de um tecido social mais coeso. Todos os trabalhos que têm o mutirão como tema (Antunes, 2000; Salvador, 1993; Bisilliat-Gardet, 1990; Prado, 1994) apontam as contradições de uma análise macro como política habitacional e micro no que diz respeito à possibilidade de efeitos de transformação individual e construção de uma comunidade. Mesmo nesta dimensão do

cotidiano, as expectativas quanto ao processo ser considerado autogestionário e suas possíveis positivities parecem ficar aquém do discurso produzido quanto a estas iniciativas.

O trabalho de Salvador (1993) traz uma discussão sobre a participação feminina e aponta para uma permanência dos papéis masculinos e femininos no desenvolvimento das atividades e por uma participação ligada à esfera doméstica. Ou seja, na fala de muitas das mulheres envolvidas nos mutirões, o sentido da participação vem relacionado à construção de algo para os filhos. Esse discurso parece ter lugar na discussão sobre os papéis femininos nas famílias populares, juntamente com, por exemplo, a função da renda feminina. Como já colocado, para muitas mulheres a saída para a conquista da casa própria representa a entrada na esfera pública, mas não necessariamente essa experiência diminui sua condição ativa na dinâmica da casa com o papel fundamental de gerir o universo doméstico.

O trabalho de Prado (1994) foca o processo de conscientização de um grupo de mulheres que ficou responsável pela creche e que conseguiu, junto com o pesquisador, criar um espaço de reflexão e debate.

Os trabalhos citados e outros que tiveram como tema as construções em regime de mutirão são atravessados por um sentido de desmistificação de um discurso idealizado destas práticas e da colocação sobre a participação transcender o espaço da construção. No entanto, se as reflexões de uma efetiva construção coletiva ficam sempre aquém dos ideais democráticos dos que as analisam, nas falas dos entrevistados e entrevistadas destes trabalhos a experiência da construção aparece como uma vivência enriquecedora e que proporcionou um marco transformador na história individual de cada um, como diz uma depoente de Bisilliat-Gardet (1990, p.125): *“parece um sonho. Estou muito feliz porque conquistei muita coisa, até minha própria consciência. Eu jamais tinha pensando antes que eu era a mulher que sou”*. Essa passagem nos mostra a limitação de nossas análises que, por mais cuidadosamente trabalhadas, não dão conta da totalidade da experiência concreta.

Capítulo II

2.1 Os Movimentos de Moradia

Apresentar o movimento do qual fazem parte as associações tem o sentido de caracterizar e delimitar as práticas e os atores envolvidos no vasto e diversificado campo das organizações populares ligadas à luta por moradia. Se numa análise macro, os conceitos dão conta de uma caracterização do papel ocupado e das transformações ocorridas no campo político pelo conjunto destas organizações, é no nível do cotidiano e da organização interna de cada movimento e da relação deste com o poder público que é possível pensar nas transformações micropolíticas, e nas possibilidades de emergência de relações sociais pautadas na busca pela democracia e pela construção de um campo político efetivo.

Após a leitura de alguns trabalhos sobre a construção histórica dos mutirões ficou claro que as idéias de democracia e de autonomia fazem parte da prática e do discurso de alguns movimentos. Já outros parecem ter uma organização mais rígida ligada à noção de uma liderança “salvadora” que estabelece uma relação heterônoma com a população. Parte destas associações tem um histórico ligado ao Programa Estadual de Mutirões que foi muito criticado e se caracterizou como um retrocesso às políticas anteriores por ter restringido a participação das associações na escolha dos projetos, além da volta a uma relação de tutela com o Estado.

Essa diferenciação foi possível de ser feita também em função de conversas com técnicas da área social da CDHU, que relataram achar complicados e problemáticos os mutirões nos quais as coordenações das associações eram ocupadas por mutirantes. Segundo elas, a coordenação e os cargos administrativos deveriam ser ocupados por pessoas que fossem indicadas e contratadas pelo movimento, pois de outra forma, as famílias “legislarão em causa própria”. Quando perguntadas sobre os resultados finais em cada caso, disseram ter poucas associações que trabalhavam assim e que não tinham muito esta avaliação. Aos

poucos fui percebendo que a resposta dada se relacionava aos grupos com os quais estavam acostumadas a trabalhar e que tinham administrações profissionalizadas que passavam de um mutirão para outro e em que o papel das associações era de guarda-chuva para vários mutirões.

Muitos movimentos, principalmente aqueles que trabalham mais com a CDHU, têm uma coordenação indicada que é quem assume todo o processo, impondo uma divisão entre lideranças e famílias participantes, que não deve ser entendida apenas como uma diferença de ordem interna do movimento, mas principalmente como representação de uma concepção que reforça uma relação de assistência com a população pobre, gerando uma espécie de clientelismo com as lideranças e influenciando na forma como o próprio Estado passa a compreender e se relacionar com os movimentos.

O episódio descrito ajuda a pensar como a relação com o Estado se torna uma disputa no dia-a-dia, como a resposta dada pelos movimentos modela a prática dos técnicos com as associações participantes do programa, e como isso reverbera no campo de atuação dos movimentos.

Assim, torna-se importante refazer o histórico do movimento, pois seus participantes já estão circunscritos num conjunto de discurso e práticas que serão parte importante na configuração do funcionamento futuro do mutirão.

2.1.1 O Movimento dos Sem Terra Leste I

“procure ser bem claro ao falar; não se preocupe com sua timidez, preocupe-se com os mais tímidos que você; não seja paternalista e também não deixe que os outros decidam por você; prefira organizar o grupo em círculo; não seja parasita, recebendo tudo e nada contribuindo com o grupo; saber ouvir é sinal de respeito para com o outro; procure dizer as coisas de você mesmo, ser papagaio de alguém não lhe levará muito longe; aceite as críticas que lhe forem feitas, elas são feitas para ajudar você a crescer; procure raciocinar”.

(Dorea Filho, 1996. Parte de folheto entregue pela executiva do Movimento Sem Terra - Leste I para os coordenadores dos grupos de origem com dicas para serem utilizadas nas reuniões).

Analisando o objetivo do folheto, fica clara a preocupação por parte do movimento em instituir um discurso que priorize a participação das famílias nas reuniões, evidenciando uma visão ampliada das instâncias do movimento e caracterizando-as também como espaço de formação, além de promotora de vivências diferenciadas no que se refere ao relacionamento entre as pessoas, a própria estruturação e funcionamento das reuniões.

As estratégias e as atividades de formação propostas e realizadas pelo movimento são sempre no sentido de manter a mobilização, não de forma alienada, mas potencializando os espaços já consolidados de organização. Neste sentido são realizados seminários sobre geração de trabalho e renda, discussões de gênero, formação política, entre outros.

Outro fator importante para caracterizar o movimento é sua forma de organização e sua dinâmica interna. Hoje, o MST –Leste I é formado por 22 grupos de origem²³, que se encontram quinzenalmente e discutem temas relacionados às políticas habitacionais e questões ligadas ao movimento. Esses grupos possuem uma coordenação - eleita por seus integrantes - que deve comparecer semanalmente ao Centro Pastoral Belém numa reunião

²³ É o espaço de participação das famílias até a negociação de algum projeto com alguma instância governamental. Nas reuniões discutem-se alguns temas ligados à habitação, se organizam as passeatas e são passados os informes das negociações com as instâncias estatais. Quando há a assinatura de convênios para a construção, as vagas são divididas pelos grupos, e o conjunto destas famílias forma a associação de construção comunitária - que são constituídas legalmente apenas quando já há um convênio assinado.

com todos os outros coordenadores e a chamada “executiva” do movimento. Neste espaço, “conhecido como reunião de quinta-feira”²⁴ é que se tomam as decisões sobre o movimento. Como exemplo, os critérios para se enviar as vagas quando há aprovação de algum projeto e se articulam as manifestações em conjunto com a UMM.

A executiva é uma outra instância do movimento, da qual participam os coordenadores das associações - que estão em fase de construção - e a coordenação do movimento composta pelas lideranças mais antigas. Este grupo se reúne semanalmente na sede do movimento. A função deste espaço é operacionalizar com mais agilidade questões relacionadas às negociações e ao cotidiano dos contratos com os poderes públicos, além de pontos ligados a UMM. A princípio esta instância não é deliberativa de assuntos maiores, que são decididos nas reuniões com os coordenadores do grupo de origem.

Um outro ponto importante está relacionado à fase de construção propriamente dita, pois se em outros movimentos a coordenação que se torna responsável pela obra não é mutirante, neste movimento que enfoco, a regra número um na organização da associação é que a coordenação seja exercida pelos membros. Ou seja, o movimento negocia e contribui na formação da associação, mas não tem ingerência sobre esta, a coordenação formada é eleita pelas famílias daquele grupo. Já em outros casos, não existe a formação de uma nova associação e os mutirões ficam em nome do movimento que indica uma coordenação para administrar a obra.

Aqui se torna interessante apresentar a forma como o movimento põe para funcionar a dita participação. Há uma marcação desta participação que é feita por pontos, ou seja, cada atividade do movimento tem uma referência em pontos que são contabilizados pela coordenação do grupo e que deve ser apresentada de dois em dois meses para as famílias.

Segundo a cartilha do movimento, a tabela de valores é a seguinte: ocupação (participação no

²⁴ Na leitura da dissertação de Dorea Filho (1996) sobre a formação do Movimento Leste I foi surpreendente saber que essas reuniões com os grupos de origem são realizadas às quintas-feiras desde 1991 no mesmo local. Essas permanências tornam-se essenciais dando concretude a um campo de relações.

ato da ocupação) 10 pontos; ocupação (por cada dia de ocupação) 5 pontos; passeata 5 pontos; reunião 1 ponto; contribuição paga em dia 1 ponto. Esta forma de “contar” a participação parece indicar um mecanismo encontrado para garantir uma mobilização em atos e passeatas que se acredita não ser possível por meio da conscientização. Mas será que é só isso? Toda essa organização é tão fluida e baseada na necessidade da confiança de cada um dos participantes que a marcação da pontuação parece ser a linha que liga cada participante a um todo maior, a uma regra comum. Os pontos percorrem as listas de presença que ficam com os responsáveis nas ocupações, passeatas e atos, passam para os coordenadores dos grupos e chegam aos cadernos de pontuação com tabelas e nomes escritos à mão e que representam a possibilidade da chegada da casa própria. O que importa não é o número de pontos, mas a ação de serem marcados, da participação na ocupação não ser só a experiência coletiva daquele momento, mas a ligação com o dia-a-dia das reuniões nos grupos de origem e a esperança de entrada em algum projeto. Uma vez estive presente numa reunião da executiva do movimento e um dos pontos de pauta era o resgate de um caderno de pontuação que se encontrava em poder de uma coordenadora que havia sumido do grupo. Segundo uma das pessoas na reunião, ela havia sumido com o dinheiro da contribuição também, mas o que importava no momento era recuperar o caderno e saber quem eram as duas primeiras na lista para que fossem preenchidas duas vagas de um mutirão.

Como já apresentando anteriormente, a conjuntura política dos finais da década de 70 proporcionou o encontro de muitas vozes e ideais e a formação de muitos movimentos foi resultado da ação de vários atores. Com o movimento de moradia em questão não foi diferente: conforme relato de Dorea Filho (1996), a formação do Movimento Sem Terra Leste I teve a participação de estudantes de direito da PUC, da Igreja com as comunidades eclesiais de base e as pastorais e de militantes do Partido dos Trabalhadores. Nas entrevistas feitas pelo autor percebe-se a militância dupla em vários destes espaços por parte dos que se tornaram as

primeiras lideranças e demonstram a ligação de todas estas forças sociais e como foram se articulando em torno das lutas pela moradia.

No início dos trabalhos, não havia separação entre a igreja via pastoral da moradia e o movimento. Inclusive alguns coordenadores eram padres e religiosos. Essa relação tão próxima vinha da intersecção entre os espaços e as pessoas: algumas faziam um trabalho com crianças e adolescentes nos cortiços no bairro do Carrão com a assessoria de Madalena Freire, outras se articulavam com os trabalhos feitos pelo Padre Júlio Lancelotti na região do Belém e do Brás, além do movimento contar com o apoio explícito de D. Luciano Mendes de Almeida, com a Igreja cedendo salões para as reuniões e atividades dos grupos. Com relação aos militantes do PT, quem estava presente na formação destes movimentos era a tendência “poder popular e socialismo” formada por parlamentares que ainda hoje são muito próximo ao movimento. O importante de ressaltar aqui é que este grupo se contrapunha à ala da esquerda tradicional e propunha uma articulação maior com as classes populares, ainda que o discurso da conscientização e da luta pelo poder do Estado estivessem presentes (DOREA FILHO, 1996)

Todas estas idéias foram sendo transformadas e negociadas, mas a rede discursiva que se formou tinha como base o entendimento da necessidade de uma estruturação que priorizasse a participação efetiva de seus membros para o desenvolvimento das atividades e ressaltava a importância do partido como um interlocutor institucional, mas reafirmavam e impunham autonomia de ação e objetivos.

Hoje, o movimento ainda conta com algumas lideranças que estão a frente do processo desde o início e tem participação importante na União dos Movimentos de Moradia. Alguns dos coordenadores têm uma militância dentro do Partido dos Trabalhadores, fazendo campanha explícita de políticos ou mesmo lançando candidatos próprios. O debate sobre a

institucionalização dos movimentos passa por essa relação com o Estado e com os partidos, pois ao longo dos anos esta se tornou muito estreita.

Além desta atuação na militância partidária, há uma atuação por parte das lideranças em outras organizações, tais como os Centros de Juventude, os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, o Centro de Direitos Humanos, entre outros. No plano mais institucional, há toda uma rede de relacionamento com outros movimentos sociais urbanos na promoção de seminários, manifestações e atuações conjuntas.

2.2 Das reuniões a obra: seis anos de luta

As Associações de Construção Comunitária, que fazem parte deste estudo se constituíram em agosto de 1999, quando houve a destinação de uma área no Itaim Paulista, pelo Governador Mário Covas, para o Movimento dos Sem Terra Leste I. Houve um longo período de negociação, já que em dois empreendimentos o movimento conseguiu impor a tipologia dos prédios, fazendo com que a CDHU comprasse o projeto da assessoria técnica que o desenvolveu. Além disso, durante mais de um ano foram feitos estudos da disposição dos prédios e, portanto, da quantidade de apartamentos que seriam construídos. Nesta negociação foi possível manter algum tipo de autonomia quanto ao projeto, mas já se configurava uma diferença importante em relação a outros mutirões desenvolvidos pelo movimento em outro momento político, que tiveram projetos participativos – os projetos eram desenvolvidos pela assessoria técnica em conjunto com a população. Desta forma, a autogestão era garantida não só na gestão dos recursos, mas também na concepção de morar e de espaço, que se refletia nas soluções encontradas por cada grupo para seus desejos e impasses.

O momento da formação das associações é importante para o movimento, pois a partir daí compõe-se a coordenação que passará a ser liderança do processo frente ao órgão público e do mutirão quando este começar. Para o MST – Leste I, a associação tem autonomia de trabalho, ou seja, a coordenação continua participando do movimento, mas ele não tem nenhuma ingerência direta e legítima neste âmbito. Como já colocado, em outros movimentos a coordenação é indicada pelo movimento, não tendo nenhuma relação com as famílias mutirantes.

Entretanto, antes da formação da associação, há toda uma organização anterior que é feita pelo próprio movimento. Trata-se da formação da demanda – isto é, a escolha das famílias que farão parte do projeto. Para isso, utiliza-se as reuniões de quinta-feira para

destinação das vagas para os grupos de origem e as famílias são indicadas segundo sua participação em relação ao maior número de pontos, como já apresentado.

No processo em questão, formaram-se três associações: a Associação de Construção Comunitária Santo Dias, composta por 112 famílias, a Associação de Construção Comunitária Chico Mendes, composta por 100 famílias e a Associação de Construção Comunitária Margarida Maria Alves, composta por 252 famílias.

Eu não acompanhei de perto essa primeira fase, mas ela é sempre lembrada pelas coordenações como importante no aprendizado do trabalho com a burocracia e marcante pela entrada na esfera da negociação com o poder público. Claro que até a efetiva entrada na terra, a pressão política exercida pelas lideranças históricas foi essencial na mesa de negociações, mas a ida às reuniões com setores da CDHU já modificava a visão do processo, já que os participantes passaram a, além de terem a responsabilidade de “tocar” uma assembléia, comunicar as informações e organizar o dia-a-dia da associação.

A escolha da assessoria ocorreu após esta fase de constituição da associação e criação da demanda. A partir daí foram muitas reuniões, atos, passeatas, negociações, decepções e enfim, as construções. Todo o trabalho de planejamento do passo que viria a seguir dependia da crença – palavra deslocada, mas certa – de que tudo daria certo, porque tudo se mostrava solto: reuniões sem ata e com encaminhamentos vagos, pedidos de documentos pela CDHU já entregues, acordos e compromissos rompidos. Não parecia haver um campo político estabelecido e a única garantia era a assinatura do Governador Mário Covas num documento de destinação da área. Contava-se apenas com a pressão popular. No mais, a expressão “tudo que é sólido se desmancha no ar” era o que dava o tom. A solidez vinha da continuidade da participação das famílias, que a cada momento se tornava mais intrigante e merecedora de respeito. Estamos falando de um investimento que está baseado na necessidade, mas também

em algo chamado esperança, que se traduz em confiança na organização fluida, difusa e contraditória que é o movimento.

Em novembro de 2004 houve a celebração do convênio com direito a sessão solene e foto com o então Governador Geraldo Alckmin. A primeira parcela da verba foi liberada logo em seguida, caracterizando uma nova etapa do trabalho – a obra.

2.3 O convênio

O convênio foi assinado entre a CDHU e a Associação de Construção Comunitária dentro do Programa Pró-lar Mutirão Associativo, que prevê o repasse de verbas total para a construção das unidades habitacionais. A única responsabilidade da CDHU foi realizar a fundação – etapa inicial da obra – que foi feita mediante licitação pública.

No valor do convênio estavam inseridos os custos de 60% da mão-de-obra especializada – os outros 40% seria trabalho realizado com mão-de-obra mutirante – e 100% de verba para a compra de material dentro de determinadas rubricas e com valores máximos de compra especificados em uma planilha emitida pela CDHU, com última atualização de preços feita em 2003²⁵. Havia um terceiro item que se chamava verba de canteiro, na qual estava prevista a contratação de um mestre de obras, um almoxarife, e dois administrativos. As duas funções administrativas eram remuneradas e deveriam fazer a compra do material, contratação de empreiteira, prestação de contas e responder pela obra durante a semana. A escolha de quem iria ocupar os cargos foi feita em assembléia com a indicação das presidentes e de mais um/uma coordenador.

Havia mais um ator neste processo, que era a gerenciadora. Quem fazia a fiscalização na obra não era a CDHU, mas uma gerenciadora contratada pelo órgão público. Os técnicos estavam diariamente na obra verificando o trabalho realizado e ao final de cada mês emitiam a chamada medição – serviços executados - que seriam pagos pela CDHU e permitiriam a continuidade da obra.

A fiscalização e o pagamento das medições eram feitos após uma análise rigorosa das prestações de contas que deveriam ser enviadas mensalmente, com todos os cheques emitidos, compras feitas, notas pagas dentre outros documentos. Além disso, havia diariamente um

²⁵ Vários itens não conseguiam ser comprados dentro dos valores estipulados o que fez com que a associação tivesse que pedir alguns aditamentos de valor para a finalização da obra.

fiscal na obra verificando serviços e possíveis procedimentos fora do enquadramento das regras oficiais de segurança.

Na parte social não havia intermediários, a associação e a técnica social tinham relação direta com as técnicas da própria CDHU. Havia a necessidade de entrega de relatórios mensais que deveriam conter as ocorrências ligadas às famílias, as faltas e uma descrição das assembléias.

Capítulo III

3.1 O técnico e o político

Produção de um outro espaço - busca colocada na rua pelos movimentos de moradia e pelos arquitetos e engenheiros no repensar o significado de sua prática, tentando produzir uma cidade em que os modos de ser sejam privilegiados, em oposição a uma lógica hegemônica da reprodução e da acumulação do capital. No amplo espectro da produção da cidade e das formas de transformá-la, a parceria entre os movimentos e os técnicos pode ser pensada como o encontro da política e da técnica. Não só no sentido de inverter prioridades, brigar pelo financiamento público e trazer à tona a lógica excludente do capital na construção da cidade, como também no sentido de implicar o próprio conhecimento técnico – único tido como válido – como participante nesta lógica dominante e daí, a partir da crítica, permitir a abertura para o que Hirata (2004, p.168) caracteriza como o arquiteto participativo,

o arquiteto participativo insere assim uma ruptura no modo abstrato, regulado de pensar o espaço. Ele faz o papel de intermediário que viabiliza um efeito de inversão, para que a apropriação espacial por parte da grande maioria excluída economicamente deixe de acontecer à mercê destas regras pra tornar-se propositora de outras que lhe permita reivindicar seu direito a edificar seu próprio espaço urbano. E nessa fenda abre-se a oportunidade de expressão de um cotidiano antes confinado ao conhecimento que a ciência desdenhava como não válido, assim criando as condições de perpetuação deste processo.

O início da parceria e constituição dos movimentos e das assessorias se deram no mesmo contexto histórico, com todos implicados no movimento de contestação e na produção de um outro fazer. Esse corpo técnico, conforme já colocado em capítulos anteriores, era essencial nas negociações externas com o poder público, já que tinha o poder legitimado de argumentar e propor reivindicações tecnicamente aceitáveis. As assessorias também buscavam alternativas ao modelo vigente e, portanto, estavam em luta contra um determinado status quo, e a desmistificação dos argumentos técnicos problematizava as relações de poder-

saber não só na relação com o poder público, mas também na relação entre a população e os técnicos das assessorias.

Este encontro promoveu de alguma forma o repensar de onde e como se produz o conhecimento, qual o caráter hegemônico do conceito de técnica e como este também se relaciona com a produção da cidade, impulsionada pela crença no progresso e nos “homens de visão”, que condicionam a homogeneização e padronização das maneiras de ser cidadinas.

Desta articulação e da busca por práticas mais democráticas, que punham em discussão todo o campo da técnica, surgiram os chamados projetos participativos:

na definição do projeto de habitação popular que se propõe participativo, a premissa é levantar as expectativas de cada trabalhador, seu sonho, o que em geral se dá em debates em assembléias, por meio de questionário, desenhos ou maquetes, em dinâmicas mais ou menos passivas. [...] Enfim, todas estas [técnicas] visam, com menor ou maior grau, a problematização sobre o morar a fim de permitir uma conformação da rua, do bairro, da cidade como espaços de cidadãos de uma sociedade democrática, e não passivamente sujeitas às definições do grande capital, como predominou na história do crescimento de São Paulo (HIRATA, 2004, p.82).

Estas novas práticas têm em sua base a participação daqueles que estão intimamente ligados a esta construção - os futuros moradores, de forma a conceber este processo não apenas no sentido de dar algo à aqueles que “nada” possuem mas, principalmente, servindo-se do conceito de apropriação do espaço, na abertura para uma verdadeira produção que leve em conta o “debate coletivo sobre o cotidiano da cidade” (HIRATA, 2004).

Este novo fazer, entretanto, está inserido numa sociedade hierárquica e no caso da construção civil, ela se apresenta de forma brutal na relação entre os trabalhadores e os mestres de obras, os engenheiros e fiscais. Desta forma, estes diálogos e desnaturalizações não se dão de forma tão pacífica e os embates se dão no dia-a-dia de trabalho e, em muitos

momentos, cristalizam-se posições que, novamente, apresentam o técnico e o político como dimensões separadas.

Importante distinguir toda uma articulação do movimento de moradia com entidades ligadas à questão urbana. Isto permite que, através de fóruns de discussão e no debate de projetos, as noções sobre o técnico possam ser modificadas e transformadas, num lugar e tempo em que o objetivo é o da reflexão e da proposição. Já na obra, a questão técnica parece se impor de forma um pouco mais contundente e o argumento do tempo, dentre outros, aparece como recurso usado para que não se coloque em discussão esse poder-saber. Isto aconteceu em nosso caso, e as possíveis discussões e problematizações se davam no cotidiano das práticas, trazendo limites para reflexões e proposições.

3.1.1 A escolha da assessoria

O momento de escolha da assessoria não segue uma regra geral e depende do histórico da luta travada com o poder público e a importância da parte técnica para esta negociação. Neste caso, a escolha ocorreu após a criação da associação, e foi decidido em assembléia que grupo de profissionais iria acompanhá-los a partir dali. Duas assessorias se apresentaram no dia, com a Integra Cooperativa de Trabalho Interdisciplinar sendo escolhida pela maioria. Segundo as famílias, a escolha feita foi em função do entusiasmo do representante da Integra e da forma que este falou sobre o trabalho no mutirão.

Para ser chamado a se apresentar para as associações há toda uma relação política anterior que se constrói em outras atividades realizadas em conjunto com o movimento ou algum envolvimento pessoal de alguns integrantes da equipe com a militância. Neste caso, a assessoria escolhida era formada por ex-alunos de arquitetura e engenharia que tinham

realizado, ainda na universidade, muitos projetos em conjunto com os movimentos de moradia.

O âmbito político que caracteriza esta relação é o que sustenta a parceria e permite que um projeto como este possa se concretizar. Nesta primeira fase do acompanhamento, a assessoria técnica não foi remunerada, devido à falta de condições da associação para arcar com as despesas do período pré-contrato, já que a remuneração da assessoria está prevista apenas durante o período de obra. Foram longos quatro anos de atividades, nos quais tanto a assessoria quanto o movimento não tinham garantias de êxito. Neste sentido se torna essencial uma convivência prévia entre movimento e assessoria para que se crie um campo comum de lutas e de objetivos. A escolha da parceria se dá em função do compromisso da assessoria com a luta do movimento.

Outro ponto essencial é que, apesar de hoje as lideranças já terem um conhecimento mais técnico, algumas negociações passam pela decodificação e pela proposta de soluções vindas dos profissionais, o que também implica numa confiança de que este trabalho esteja sendo feito em benefício das famílias e das associações. Quantas vezes uma negociação não é barrada pelo uso da famosa frase: “isto é uma questão técnica” e, neste sentido, o movimento e as associações ficam em posição difícil. Só uma relação sólida e construída em outros espaços pode garantir uma tensão menor com as assessorias. Um outro lado da mesma moeda era a posição reforçada pelo movimento de que tudo é questão política, interrompendo, muitas vezes, o diálogo. Era uma negociação constante dos espaços e função de cada um no processo.

Participamos de muitos atos, passeatas e ocupações, mas a demora na assinatura e a mudança constante na documentação que deveria ser entregue à CDHU aumentava a tensão da relação. Foram quatro anos de acordos, reacordos e esclarecimentos dos pontos de entrave,

pois apesar de todos terem consciência de que a dificuldade maior era com o poder público, em alguns momentos era quase natural culpabilizar as outras partes envolvidas.

A relação dos movimentos com as assessorias técnicas sempre foi de parceria política na proposição de formas mais justas e participativas de apropriação do urbano, de forma negociada, promovendo o encontro dos anseios e da utopia com o possível da academia, das idéias com o concreto da vida.

3.1.2 Na obra

Algumas situações ligadas ao cotidiano de trabalho com as associações e o movimento podem contribuir mais vivamente para penetrarmos nos discursos que explicitam o funcionamento de formas de relacionamento permeadas pelas relações de poder “técnicas”.

O trabalho no canteiro era intenso. Um aprender fazendo, literalmente: as responsáveis pela administração - duas pessoas da coordenação - em meio aos blocos, ferramentas de nomes desconhecidos e peças com nomes estranhos que eram compradas ao mesmo tempo em que se descobria para o que serviam. Era o contato com o fornecedor, a confecção da planilha de contas e compras, chamados do mestre de obras e fiscal para resolução de problemas. O fiscal chamava a presidente, que chamava a engenheira, que pedia providências a presidente, que não concordava e era convencida pela arquiteta. As resoluções de algumas situações na obra apresentavam de forma clara o campo de forças e de atravessamentos que compõe o funcionamento deste fazer.

A fiscalização exercia a função de polícia e, muitas vezes, de desestruturadora causando boatos de embargo e paralisação da obra por conta de pequenos ajustes necessários ao canteiro. Não eram raros episódios envolvendo os fiscais e informações inverídicas sobre o andamento da obra, exercendo de maneira perversa uma suposta autoridade. Quando a

associação estava passando por alguma situação mais tensa e o grupo parecia mais desarticulado, essas interferências promoviam mais instabilidade nas relações, e nas assembleias tornavam-se o foco de discussão. Entretanto, em muitas situações esses episódios apareciam na assembleia, mas eram considerados apenas mal entendidos. Nestas circunstâncias, as interferências funcionavam como uma influência positiva, reforçando a coesão do grupo.

O mestre de obras tinha uma relação próxima com a assessoria e com a coordenação, e ficava ao lado da coordenação quando o embate era com as técnicas da assessoria. Parecia clara uma divisão relacionada ao saber formal e saber prático.

Uma informação que parece importante para contextualizar melhor esta relação é de que a engenheira e a arquiteta não estiveram presentes no início das negociações com o Governo do Estado e foram contratadas pela assessoria apenas no início da obra. Além disso, não tinham um histórico ligado à formação das assessorias e da luta dos movimentos. Assim, se por um lado havia uma percepção um pouco mais normativa desta relação, ou seja, as coordenações deveriam organizar a obra como se esta fosse feita por uma construtora, não se tinha os vícios de uma relação pautada por uma construção baseada na parceria política e na tensão entre os atores e um ideal de participação. A percepção da obra como “mais uma” por parte das técnicas traziam várias questões com relação a certa hierarquia e problemas no processo de trabalho com os mutirantes, mas ao mesmo tempo parecia facilitar a relação com os fiscais e fazia a coordenação sentir que a obra estava “sob controle”. Se havia negociações sobre a função de cada um, função esta baseada na relação saber-poder, ao mesmo tempo perceber a função técnica sendo exercida por um técnico capacitado trazia uma certa confiabilidade aumentada para o processo. O técnico aqui se sobrepunha ao político.

A relação entre associação e assessoria se caracteriza por uma tensão e é, portanto, problematizada e negociada desde seu início, o que garante que a relação saber-poder esteja

sempre atravessando esse campo do entendimento entre a coordenação e as profissionais. Esta negociação se dava em ato e de inúmeras formas: com as coordenações claramente assumindo como melhor a posição colocada por pedreiros, encanadores e carpinteiros em contraposição à da assessoria, modificando prioridades de pagamento a fornecedores decididos conjuntamente, assumindo as modificações propostas pelos mutirantes-pedreiros.

No mutirão, os conhecimentos advindos da auto-construção e dos bicos são base da concepção desse processo de construção. Os primeiros projetos eram executados, exclusivamente, pelas famílias participantes e aqueles que possuíam experiência na construção civil eram essenciais e tomavam a frente do trabalho. Hoje em dia, a maioria dos serviços executados pelos mutirantes não exigem conhecimento prévio, e as atividades de maior qualificação ficam a cargo dos mais experientes.

Mesmo não tendo o mesmo peso no processo construtivo, o conhecimento prático é reconhecido e significa resistência, luta e autonomia da população. Desta forma, esses profissionais durante a obra possuíam uma autoridade importante junto à associação em questões ligadas a obra. Conversavam com a coordenação e mestre de obras sobre as formas de execução de determinado serviço, eram referência para as outras famílias no canteiro, e também para a coordenação, assessoria e mestre. No relacionamento negociado com o saber formal das técnicas tiveram papel importante na solução de alguns problemas na obra.

Outras pessoas que nunca tinham sequer pego num bloco, por conta da possibilidade de compartilhamento destes processos de conhecimento tácito e técnico puderam descobrir novas habilidades e contribuir na parte técnica da obra.

Este é o caso de um dos coordenadores que foi contratado para cuidar da parte administrativa e acabou se tornando uma espécie de “mestre de obras”. De tanto estar junto com o mestre e ajudar os mutirantes no final de semana, ele foi “pegando o jeito”, aprendendo os nomes de cada instrumento e passou a dar soluções criativas para alguns problemas da

obra: no projeto desta associação não está prevista a construção do centro comunitário por falta de espaço e, para provar a possibilidade de sua construção, um projeto foi elaborado por este coordenador, juntamente com outros mutirantes. Eles fizeram um pequeno projeto, desenhado no papel, com medidas e especificações, para ser avaliado pela arquiteta e enviado a CDHU.

O desenho no papel, juntamente com as formas de registro e instrumentos de controle focados em tecnologias muito simples e compartilháveis, apareciam como uma outra forma de contestação. Aqui poderíamos colocar em análise o uso da tecnologia como um todo. Caderno e lápis eram ferramentas imprescindíveis para o bom funcionamento da administração. Grande parte do controle das faltas e das contas a pagar eram feitos em cadernos e à mão. Claro que faziam uso do computador, mas de forma incipiente e apenas para produzir os documentos exigidos pelo poder público. Todo o resto se dava a partir de formas de organização tecnológica conhecidas e manuseáveis por todos, coisa que não se aplicava necessariamente à tecnologia computacional. Aqui não havia uma volta aos tempos passados, mas sim a problematização de todo um aparato organizacional que repetidamente impõe a esta população um regime de verdade que, para muitos, está ligado a um não saber, e à carência de toda ordem.

3.1.3 Quando o movimento chega

Desde que comecei a trabalhar em conjunto com arquitetos e engenheiros, as falas sobre a relação entre assessoria e movimento enfatizavam uma tensão, uma negociação diária e uma reafirmação constante da “parceria” existente. Além das dissonâncias criadas nas mesas de negociações, havia uma cobrança com relação à participação dos técnicos em todas as atividades do movimento. Os embates quanto às diferenças de funções e à legitimidade da

relação política eram dados no quanto estávamos ao lado daqueles que lutam. Assinado o convênio e com o início das obras, a relação cotidiana passou a ser com as coordenações das associações e com as famílias mutirantes. A executiva do movimento que ficava mais à frente do processo na fase de negociação se afastou, atuando de forma mais pontual e apenas quando requisitada.

Em determinado momento a obra sofreu uma paralisação em função de algumas pendências tributárias relacionadas a dívidas e as lideranças do movimento passaram a estar mais presentes no cotidiano do trabalho em canteiro. A partir daí, a relação assessoria-movimento foi colocada em pauta por diversas vezes, não de forma a promover uma discussão interessante sobre essa parceria, mas para diferenciar os atores e criar o sentido da tensão histórica entre eles. Havia falas sobre a necessidade de existência de uma relação de subordinação por parte dos técnicos em relação às associações que era reforçada com falas sobre o fato sermos pagos para estar lá. Se o exame da relação técnicos - associação poderia se apresentar como um questionamento de posições fixas e de detenção do saber por parte dos primeiros, apontando para uma transferência de tecnologia, por exemplo, nesta maneira de fazer, a relação poder-saber se impôs numa repetição de uma relação combativa, como se estivéssemos sempre numa mesa de negociações. O que estava sendo reposto não era uma análise, mas uma forma de fazer e de criar uma relação.

Segue, parte do diário de campo referente a uma reunião sobre o trabalho da assessoria:

“Cheguei sozinha para a reunião, já que ninguém da chamada parte técnica da assessoria poderia estar presente. Passávamos um momento difícil, já que a arquiteta havia saído por falta de pagamento e ainda não tínhamos consolidado a chegada de mais um técnico para a equipe. A reunião começa com o coordenador do movimento dando o tom da conversa. Começa falando sobre a dificuldade com a obra, com a falta de planejamento. O terrorismo estava colocado: eram dados

expostos de forma a causarem uma impressão diferente do que era a realidade. Há uma verdadeira? Não. E exatamente por isso foi possível perceber a criação de uma ali, na hora da reunião, que colocava em xeque o trabalho da assessoria. Eu não poderia responder pela parte técnica, mas sabia que o que estava sendo dito em parte era pura retórica. O que se seguiu foi a fala dos coordenadores que de forma leviana também davam razão ao abandono por parte da assessoria à obra. Foi chamado também um outro líder do movimento que tinha a função de relembrar momentos históricos com o movimento e uma relação mais próxima com as assessorias comprometidas com o trabalho do mutirão. Saí arrasada de não ter conseguido clarear a situação que chamei de “Folha de São Paulo no caso do caos aéreo” com a criação de um fato político de desestabilização de um todo maior.

Todo esse movimento parece consequência de uma forma de relação com os atores envolvidos neste processo, ou seja, relação com assessoria é sempre conflituosa e quem dá o tom é a associação. Interessante que desde o início dessa relação mais próxima entre a associação e o movimento eu já estava prevendo dificuldades na inserção do nosso trabalho junto a coordenação, já que o movimento pauta de forma diferenciada e mais distanciada este relacionamento. O embate se apresenta como condição necessária para que não haja cooptação, a composição se dá na tensão.”

(diário de campo, 20 de outubro de 2007)

Este relato tem o peso do momento e colocá-lo aqui não tem a pretensão de criar uma análise maniqueísta das lideranças e sim apontar todas as intensidades que estão presentes neste processo. A possibilidade da cooptação parece sempre iminente e nos remete às formas clientelistas que marcaram e ainda marcam a relação do Estado com a população pobre, além do uso eleitoral que se faz das ações estatais. A distinção parece colocar uma separação de espaços, explicitando que há autonomia da população em relação aos profissionais com formação, os “estudados”. Os espaços dos quais participam as lideranças históricas são

regidas por esta lógica segundo a qual se de um lado um ganha é porque do outro alguém está abrindo mão de algo. A colocação da relação saber-poder que se apresenta aqui parece se estabelecer numa equação de subordinação quando a liderança diz: “pode cobrar, porque a assessoria é nosso empregado e trabalha para a gente”. Diferentemente das associações, que num nível cotidiano encontravam meios de estabelecer trocas diversas com a assessoria técnica, as lideranças pareciam cristalizar um único tipo de relação, que vinha carregada da necessidade de afirmar o movimento em sua característica política mais combativa.

Estes e outros momentos, ao longo de todo o processo, mostram que não é possível pensar no funcionamento dos mutirões utilizando apenas categorias como autonomia e participação, cooperação e ajuda mútua, como se estas fossem estanques e não cotidianamente problematizadas.

3.2 A técnica social

O que se coloca em questão é a construção de uma "atitude de pesquisa" que irá radicalizar a idéia de interferência na relação sujeito/objeto pesquisado, considerando que essa interferência não se constitui em uma dificuldade própria às pesquisas sociais, em uma subjetividade a ser superada ou justificada no tratamento dos dados, configurando-se, antes, como condição ao próprio conhecimento.

Marisa Rocha; Kátia Aguiar

No título, a função de profissional; na citação, a atitude de pesquisa. Possível separá-las?

A princípio, poderíamos considerar essa situação como um problema para o desenvolvimento da pesquisa, mas a participação ativa nos momentos de discussão e decisão de temas ligados à obra e o acompanhamento do cotidiano das atividades com as coordenações e famílias, não impediu o trabalho científico, pelo contrário o definiu em outras bases. Arrisco dizer que produzi uma intervenção pesquisante, com a intervenção transformando-se num exercício constante de investigação.

As descrições e problematizações que estão presentes nesta dissertação não se deram após o trabalho com as associações - o que configuraria o trabalho de pesquisa como o repensar de todo esse processo. O que aconteceu foi a sistematização dos movimentos do pensamento e da ação durante o processo, na busca de brechas para a construção de um espaço de discussão e reflexão que permitisse novas maneiras de pensar e de se estar naquela dinâmica.

O trabalho caracterizou-se por uma atitude de fazer funcionar, ou seja, a reflexão se dava na busca por compreender os fenômenos na perspectiva de produção de efeitos (Machado, 1994). As indagações sobre o que constitui um coletivo de trabalho e sobre como problematizá-lo se deram no momento de uma assembléia, durante a conversa com uma mutirante sobre as regras, durante os instantes em que eu me percebia observando as posições

que eu assumia e o efeito que tinham naquela dinâmica. Era um movimento constante de reflexão e atuação naquele processo de construção.

Apesar da porta de entrada para o trabalho não ter sido a pesquisa, muitas das questões que se colocam àqueles que a entendem como produção de realidades e, portanto, com um caráter eminentemente político, estavam presentes na forma como eu pretendia me enganchar nos acontecimentos daquele processo.

Em 2002, quando iniciei o contato com as associações, via neste encontro uma chance de trabalhar com os tão falados movimentos sociais. Eu tinha uma experiência de trabalho com as classes populares na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, mas a inserção se dava de uma outra forma. Éramos nós que levávamos a idéia do cooperativismo e o associativismo como uma alternativa para a geração de trabalho e renda. A constituição de nossa prática tinha como base a autogestão e como ideal de pedagogia as lições de Paulo Freire, mas esta aproximação não resolvia uma questão importante que se colocava. Havia uma relação de dependência em relação aos formadores, que acabavam por reter o papel de articulação do movimento dos grupos. Muitas vezes nossas expectativas é que pareciam sustentá-los. Em uma reunião num sábado de manhã, com poucos integrantes de um empreendimento, ouvi uma das participantes dizer para outra: “eu vim porque eu tenho pena das moças que vem aqui tão cedo”. Diante desta afirmação não há como não assumir que havia algo de estranho no ar.

Nesta perspectiva, trabalhar com os movimentos sociais era estar ao lado daqueles que haviam se organizado e que também tinham como ideais a autogestão e o controle social dos recursos. Era contribuir para a viabilização de um projeto em que a população pudesse gerir dinheiro público da melhor forma possível e no dia-a-dia disputar com o poder estatal outras formas de compreender e de constituir uma política pública. Eu seria uma peça a mais em uma máquina que já estava em funcionamento e o fato da contratação ter sido feita pela

associação mudava o caráter da entrada do profissional e do técnico. A assessoria tinha uma função negociada que já fazia pensar sobre os lugares de saber e abria para uma entrada invertida no trabalho com as classes populares. E, apesar de termos uma relação construída de parceria política, o risco da subordinação dos movimentos aos assessores muitas vezes implicava em negociações cotidianas, o que problematizava e movimentava essa relação.

A primeira fase do trabalho com as associações se deu na discussão do regulamento de obra e na organização dos documentos essenciais para entrega na CDHU e posterior assinatura do convênio. Foi-se constituindo uma relação de proximidade e de confiança com as famílias e as associações, pois se há a priori toda uma relação política com o movimento, há também toda uma construção que se dá no dia-a-dia de trabalho. Em 2004, me afastei da equipe em função de uma paralisação nas negociações e por conta da impossibilidade de manutenção de todo o grupo de trabalho. Voltei em abril de 2005, quando as associações já estavam trabalhando no canteiro de obras e a equipe anterior - que trabalhava desde 2002 e era a ligação política com o movimento – já tinha se retirado mais. A equipe que se constituiu novamente para realizar o trabalho contava comigo, com uma arquiteta e com uma engenheira.

No início do trabalho em obra, queria estar próxima aos mutirantes, tentava me aproximar minimizando a diferença, seja pelo incômodo diante das gritantes desigualdades de condições de vida, seja pela vontade de não ser vista pelas famílias por este prisma. Assim, eu tentava me apresentar com dificuldades parecidas em alguns aspectos, escondendo de alguma forma aspectos do meu dia-a-dia. O caso emblemático foi uma conversa sobre a distância do mutirão com relação à casa das famílias e a minha e o tempo que se levava para chegar lá. Apesar das famílias morarem também na Zona Leste e numa distância em quilômetros menor do que a distância da minha casa para lá, eu demorava um tempo muito menor para chegar ao mutirão porque eu tinha acesso ao metrô. Não só acesso espacial, mas também financeiro.

Em muitas conversas, as pessoas perguntavam onde eu morava e eu respondia que morava perto de uma estação de metrô da Zona Sul de São Paulo, e isso suscitava comentários como: “nossa que longe”, “ai, coitada de você, vir até aqui”. Eu, realmente, achava longe e demorava em média quase duas horas para chegar lá, mas as famílias gastavam três horas, às vezes mais, pois as linhas de ônibus têm caminhos muito longos e eram necessárias três conduções para chegar no horário para o trabalho. A proximidade com o metrô e a possibilidade de usá-lo modificava e muito a minha experiência de transporte pela cidade, mas eu tentava suprimir esta diferença mantendo apenas a distância como marcante e, portanto, me aproximava da experiência das famílias. Apesar de consciência da diferença, eu permanecia recorrendo à resposta de que morava na Zona Sul quando o assunto era a distância da obra. Um dia fui surpreendida por um: “*ah, você mora longe, mas deve vir de metrô, não é? Facilita bem, né?*” que foi seguida por uma conversa sobre as facilidades de poder usar metrô e a dificuldade e o tempo absurdo que a mutirante gastava para chegar ao trabalho, nos levando a problematizar o transporte na cidade e a importância da pressão popular. Parecia que eu só poderia estar lá se estivesse no âmbito da necessidade, como se esta fosse a única intensidade a ser potencializada.

Depois do episódio relatado, pude perceber que havia outras maneiras de se estar lá e a riqueza estava na multiplicidade que faziam com que os andares fossem subindo tão rapidamente. O encontro só era possível na afirmação dessa multiplicidade, para que pudéssemos em conjunto movimentar entendimentos e percepções sobre todo aquele processo.

Assim, nos primeiros meses, o trabalho foi tentar achar o meu lugar e, principalmente, a função que deveria ocupar, já que era a técnica social. A pergunta sobre o papel da técnica social reverberava no ar, já que os outros técnicos tinham funções mais claras, como a arquiteta e a engenheira. O impasse se colocava também em função daquilo que circulava

como a função de uma psicóloga trabalhando com população de baixa renda, além de como a CDHU entendia essa atividade. A idéia da normatização estava presente e referia-se a uma atuação ligada à contenção, com a função de minimizar algo que já era considerado problemático.

Como as técnicas da CDHU não freqüentavam a obra, a burocracia e o rigor nos documentos a serem apresentados todo mês tentavam exercer a função de organizador e controlador da dinâmica. O que pediam era o inverso do que ocorria na obra. O tempo da burocracia não era o tempo daquele processo e as mudanças ocorriam a cada minuto no canteiro de obras. Era um movimento constante. Aos poucos fui percebendo que o jeito de tentarem pautar meu trabalho era me prendendo à burocracia, ditando normas e procedimentos – como por exemplo a forma de votação em uma assembléia para ser considerada válida – além de uma pressão velada de que poderiam intervir no processo sempre que achassem necessário. Neste cenário podemos pensar, por um lado numa não ingerência e numa liberdade de trabalho das associações e da assessoria técnica e por outro num engessamento de alguns entendimentos sobre o processo e onde a singularidade de cada um não tem espaço.

Quanto ao trabalho, ele se desenvolvia na tentativa de organizar uma comissão social com a participação de algumas famílias e, a partir daí, elaborar atividades em função dos objetivos construídos por aquele grupo. Inicialmente foi feita uma pesquisa com todas as famílias para levantar o número de moradores e suas faixas etárias, numa tentativa de concretizar quem seriam os habitantes daquele lugar e de já “ir trazendo” os familiares que não participavam da obra para a futura casa. Mas tudo ficava meio deslocado, os cartazes com os gráficos logo caíram no chão, a apresentação foi feita rapidamente na assembléia e não parecia fazer muito sentido. A comissão tinha dificuldades de caminhar e as pessoas esperavam que eu ditasse as próximas atividades. A idéia da comissão era tentar iniciar

discussões sobre a pós-ocupação, conhecer a realidade local e de alguma forma ir semeando projetos futuros para a comunidade. Mas tudo parecia distante, a conquista da casa ainda estava, literalmente, sendo construída.

Pensar na frente era não olhar para o que estava acontecendo naquele momento e em meio ao meu desânimo e com o fim da comissão fui me percebendo entre os mutirantes, ou seja, discutindo se uma assembléia tinha sido boa ou não, falando sobre a função de reuniões de coordenação, discutindo a função das regras. E isso não se dava apenas no âmbito da coordenação, mas no exercício cotidiano de debate com as famílias sobre o que podia ou não ser feito ou sobre o que era ou não justo.

As minhas concepções prévias acerca do que seria uma dinâmica democrática eram sempre confrontadas com uma outra forma de compreender e atuar naquele grupo. A experiência do movimento estudantil foi fundamental quando das conversas que tínhamos sobre as assembléias, no falar em público e na tomada de decisões. Realizávamos uma busca conjunta pela superação de determinados impasses e conflitos que a vivência autogestionária nos impunha. E se impunha para todos, pois a experiência na ITCP já havia gerado muitas questões com relação a estes processos no que dizia respeito a mim.

A busca por potencializar mecanismos e formas de fazer que pudessem nos levar à linhas de fuga da manutenção de determinados discursos e à aparição de singularizações se dava não em espaços organizados de discussão, mas em conversas com as famílias sobre episódios vivenciados. O momento da assembléia também aparecia com grande força, ou seja, tudo se dava nos movimentos do que estava sendo vivido, sem calendários ou pautas construídas a priori.

E, minha prática foi se transformando numa intervenção com o sentido apresentado por Rodrigues (2000, p.75) “no entre, no com, e não no sobre, na intervenção do especialista. Intervir seria vir entre, em ação”.

3.2.1 Nas assembléias

Nas assembléias, muitas vezes, eu também ocupava um lugar de ‘estar entre’ quando pensamos na relação da coordenação e as famílias. Eu exercia uma função de legitimação de posições vindas da coordenação, era a mediadora, era a de fora que ficava no meio. Esta posição “de fora” parecia se ligar à questão do saber técnico. Se a presidente falava podia ter algo errado, mas se “os técnicos” falavam então estava certo. Aos poucos, fui pensando sobre isso em conjunto com algumas pessoas e com as coordenações cartografando assim o campo de relações aberto no funcionamento daquele grupo.

Esta legitimação tocava diretamente em uma das preocupações do movimento - a de que a assessoria pudesse sobrepor-se à liderança, ou seja, que o técnico pudesse sobrepor-se ao político. A assembléia era espaço “proibido” e deveria ser utilizado quase que exclusivamente pela coordenação, com a assessoria entrando apenas para falar da obra. Uma participação maior no sentido de contribuir na organização e na dinâmica de funcionamento era visto como problemático para algumas lideranças históricas. Entretanto, em algumas situações a assessoria podia também exercer um efeito de proteção, sendo colocada na “berlinda” em temas mais complicados, com a coordenação sendo preservada. Vemos aí que nosso papel assumia um caráter mutável dentro do jogo de forças.

3.2.2 Um caso: o pagamento do condomínio

Um dos conjuntos foi entregue no final de 2006, ainda inacabado. Faltavam as instalações de água e luz externas aos apartamentos, previstas para serem ligadas em março do ano seguinte. Como após 20 dias de assinatura dos contratos os mutirantes passaram a receber as prestações, se tornou inviável para algumas famílias continuarem morando de aluguel e pagando as prestações. Assim, a partir de março as famílias começaram a mudar

independente de terem sido ligadas as instalações de água e luz. Durante cinco meses 30 famílias viveram carregando baldes de água para seus apartamentos e ligando num ponto de luz os fios de alguns eletrodomésticos. A situação estava ficando muito complicada, já que as famílias que estavam morando pressionavam diariamente a presidente da associação para a resolução da questão da água e da luz. A presidente estava com problemas para terminar as instalações em função de dívidas com o empreiteiro, que não se comprometia em executar as atividades, o que a deixava numa situação complicada. Como reação ao posicionamento das famílias, ela dizia que não havia mandado ninguém mudar para os apartamentos, responsabilizando as famílias por aquela situação e não a CDHU, que poderia ter atrasado o envio das prestações até, pelo menos, a finalização dos itens relacionados à água e luz. Essa argumentação tornava a relação entre a presidente e os mutirantes cada vez mais tensa, dificultando outras dimensões da organização do condomínio.

Como a luz era num único ponto, a conta vinha conjunta e havia a divisão do valor por todos os moradores, o que gerava uma série de questionamentos, pois alguns tinham filhos e outros não, diferenciando o consumo de cada moradia e o valor a ser pago. Ficou decidido que não havia como estabelecer diferenças, pois alguns tinham ligado o chuveiro elétrico e outros não, o que também mudaria o valor. Mas, o maior conflito se dava entre os pagantes e os não pagantes. Desde que houve a mudança das famílias para o conjunto, o pagamento do condomínio também tornou-se obrigatório não só para os que estavam morando, mas para todas as famílias. Neste valor estava previsto o gasto com a água que ainda era medido pelo relógio coletivo. Assim, havia a cobrança do condomínio e da luz para o pagamento das contas. Várias famílias não pagavam e não davam satisfação. Diziam que o valor por pessoa era muito caro e que não tinham dinheiro para pagar, apesar de ter usado tanto água como luz. Foram feitas várias reuniões em que a presidente pedia o pagamento e fazia pressão para que todos assumissem a cobrança das pessoas. Citava nomes, colocava cartaz nas escadas, mas o

papel de cobrança permanecia com ela. Num determinado momento, as pessoas começaram a dizer que não iriam mais pagar, já que outros não pagavam.

Num dos finais de semana, encontrei uma moradora - que durante a obra sempre exigiu que tudo funcionasse dentro das regras - dizendo que não iria mais pagar. Conversamos durante algum tempo e eu tentando entender o significado do não pagamento e qual seria o efeito para ela e para o grupo. Ela argumentava que pagava pelos outros e que isso não era justo e a forma que encontrava de fazer justiça era ficar na mesma posição que os não-pagantes. Ela não via a cobrança direta a eles como saída, mesmo que não pagar significasse o corte da água e da luz. Como se resolveria a questão se ela não pagasse? Nada, segundo ela. Mas também não conseguia pensar além do momento atual. As atitudes de todos, muitas vezes, eram regidas por uma reação à possibilidade de serem passados para trás, de serem feitos de bobo. Um tempo depois, fiquei sabendo que ela pagou sua parte na conta.

Não pretendi aqui com este exemplo mostrar a capacidade de mudança de comportamentos através de intervenção técnica, e nem a normatização das famílias para que sejam boas pagadoras, e sim a problematização das situações vividas na experiência do fazer coletivo de forma a abrir um momento de reflexão, tentando romper com um modo de operar automatizado que pode se basear em preconceitos acerca da cooperação da comunidade e de um ideal de solidariedade que muitas vezes não está presente.

Capítulo IV

4.1 Algumas considerações acerca da autogestão

“A autogestão é a abertura ao possível”.
Henri Lefebvre

“A autogestão deve ser estudada de duas formas diferentes: como ‘meio de luta’, abrindo caminho, e, como ‘meio de reorganização da sociedade’, a transformação ‘de baixo para cima’ da vida cotidiana e do Estado”.
Henri Lefebvre

“[autogestão] ela é eminentemente uma atitude de recusa e insurgência”.
Lourau

O debate sobre o tema da autogestão não é novo. Tampouco são raras as experiências reais ao longo da História. Sua conceituação, esta sim, parece datada. Segundo Guillerm e Bourdet, o termo aparece na França apenas na década de 60 para designar a experiência socialista na Iugoslávia. Entretanto, se a palavra é recente, suas práticas remontam a outros tempos e contextos, e sua história pode ser entendida como a da luta pela liberdade dos homens e, no capitalismo, do conflito capital-trabalho, conforme coloca Kaderlj (1980, citado por Nascimento, 2007, p. 30),

a idéia de autogestão é tão antiga como a idéia do humanismo e, particularmente, como o movimento operário internacional, a história de sua luta de classes e a história da prática socialista. A mesma é resultado de aspirações permanentes do homem em prol da liberdade e da livre criação, pelo domínio das leis objetivas da natureza e da sociedade, por uma vida melhor. As idéias e aspirações autogestionárias se expressaram de distintos modos no mundo, em numerosas lutas da classe operária e de homens e movimentos progressistas em prol da libertação do trabalho e do homem, e em todas as revoluções socialistas até o presente.

Guilherm e Bourdet (1976) colocam como a questão da autogestão, apesar de não ser nomeada assim, já estava presente no séc. XIX e XX, com os embates no período anterior e posterior a Revolução Russa. Rosa Luxemburgo, segundo os autores, retoma a idéia de espontaneidade presente em Marx, ou seja, “a gestão da sociedade pelos seus produtores” através de uma outra forma institucional – os conselhos operários. Esse posicionamento se choca com o entendimento por muitos da importância de um partido centralizado e de uma “vanguarda” regente para conduzir os processos de transformação para uma sociedade socialista.

Em contraposição às experiências comunistas do Leste Europeu - o chamado socialismo real, as idéias de um socialismo democrático tomaram cada vez mais corpo e defendiam maior democracia nos processos decisórios tanto dos trabalhadores no interior das fábricas, quanto com relação à sociedade em geral. Essas reivindicações não ficavam restritas apenas àqueles que discutiam as teses e hipóteses para sua realização, mas também por insurgências internas nos países do bloco socialista como a Hungria, Tchecoslováquia e Polônia que tinham na maior participação dos trabalhadores sua grande bandeira.

Nos anos 50, em diversos países surgiram grupos críticos ao socialismo real, como por exemplo, o grupo francês Socialismo ou Barbárie. Para Castoriadis, um dos integrantes do grupo, o socialismo só poderia ser produto da ação autônoma dos trabalhadores pela supressão da categoria “dirigentes” e pela existência de uma gestão operária da produção,

[...] Este fator da direção da produção é tanto mais importante quanto a evolução da economia tende cada vez mais a substituir a distinção tradicional dos *proprietários e despossuídos* pela divisão e oposição dos *dirigentes e executantes* na produção. Isto é, se o proletariado não abolir imediatamente e ao mesmo tempo que a propriedade privada dos meios de produção, a direção da produção como função específica exercida numa forma permanente por uma camada social, o que fará será apenas limpar o terreno para a vinda numa nova camada exploradora, oriunda dos “diretores” da produção, da burocracia

econômica e política em geral. Ora, foi o que aconteceu exatamente na Rússia (CASTORIADIS, 1979 citado por Rodrigues, 1998, p.92).

Singer em seu livro *O que é o Socialismo hoje?* aponta os questionamentos que vinham sendo feitos com relação a possibilidade de superação do capitalismo tendo também como pano de fundo as experiências do socialismo real: “verifica-se assim que liberdade e igualdade não são apenas objetivos a serem alcançados mediante a realização do socialismo, mas meios para que o socialismo seja ele mesmo, isto é, a melhor resposta possível às demandas dos trabalhadores” (SINGER, 1981, p.53). Ou seja, a construção se dá de baixo para cima, numa transformação das relações entre os trabalhadores e na ruptura com uma forma de organização da produção e da própria sociedade com uma classe de dirigentes e outra de executantes.

Desde o início dos anos 90 vemos, no Brasil, ressurgir as idéias cooperativistas e as práticas autogestionárias voltam a ocupar a gramática da resistência no campo das relações de trabalho. Em meio ao desemprego em massa, a terceirização dos serviços e uma reorganização do campo do trabalho, muitas empresas passam a ser geridas por seus trabalhadores que tentam, num desafio cotidiano, construir a autogestão em seus ambientes de trabalho. As políticas públicas de Economia Solidária, as Incubadoras Universitárias, os Gestores Públicos, as Entidades de Representação como a ANTEAG e a UNISOL²⁶, as cooperativas e os empreendimentos recém-formados vão forjando novos campos de experimentação e realizando, como coloca Mothe, uma autogestão gota a gota.

Essa experimentação de outros modos de se organizar ocorreu também, na década de 80, nos chamados novos movimentos sociais. A novidade não estava apenas nas novas bandeiras e numa outra forma de relacionamento com o Estado, mas também no modo de organização interna de cada um deles. Os movimentos de moradia, como já exposto, não

²⁶ Anteag – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e UNISOL - União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil.

usavam a denominação autogestão para seu funcionamento, mas imprimiam em suas práticas um novo modo de atuar. O conceito se referia à autonomia em relação ao Estado no que diz respeito ao modo de construção e a gestão dos recursos.

Assim, em cada momento da História a busca pela autonomia e pela liberdade de construir um mundo que possa ser concebido e pensado por todos, assume diferentes formatos, se produz em diferentes âmbitos da vida e se expressa em diferentes linguagens de transformação.

Entretanto, para alguns autores a idéia de autogestão está ligada a um projeto de sociedade, ou seja, é a utopia vivida como algo ainda não realizado. Neste sentido, ela teria um caráter antecipatório, ou seja, já está colocada na idéia autogestionária a sua finalidade, conforme afirma Mothe (2005, pág. 108), “embora o futuro seja novo, os partidários da autogestão se acreditam suficientemente esclarecidos para já anunciar o que os cidadãos decidirão imperativamente - a supressão do capitalismo e da economia de mercado”. O paradoxo estaria em pensar o caráter novo dos processos autogestionários e, ao mesmo tempo, o caminho de suas transformações. O autor aponta, então, para uma autogestão gota a gota, inserindo a dimensão da experimentação, “o futuro autogestionário não será o portador das heranças culturais passadas, demonstrando assim que a autogestão se inscreve no quadro das luzes onde a história se renova permanentemente.” (MOTHE, 2005, pág. 109).

Um outro autor que também afirma o caráter de criação da autogestão é Rosenvallon. Ele sintetiza a sociedade autogestionária como “uma sociedade de experimentação” e complementa: “é um projeto de sociedade, ela não é um modelo de sociedade a realizar. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. [...] O direito à experimentação é o fundamento da sociedade autogestionária” (ROSANVALLON, 1976 citado por NASCIMENTO, 2005, p.148).

A idéia de experimentação amplia as reflexões acerca da autogestão permitindo ligar e tornar parte do conceito a idéia de não previsibilidade e da afirmação da criação humana.

A idéia de criação está presente nos pensamentos da filósofa Hanna Arendt quando discorre sobre os fundamentos da ação e do discurso na produção do mundo dos homens,

“é da natureza do início que se comece algo novo, algo que não pode ser previsto a partir de coisa alguma que tenha ocorrido antes. Este cunho de surpreendente imprevisibilidade é inerente a todo início e a toda a origem. [...] O novo está sempre à revelia da esmagadora força das estatísticas e de suas probabilidades que, para fins práticos e cotidianos, equivale à certeza; assim, o novo sempre surge sob o disfarce do milagre. O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável” (ARENDT, 2005, pág. 191).

A autora nos oferece a idéia de uma História que é sempre produzida pelo agir dos homens. Esta capacidade de agir é o que definiria sua liberdade. Entretanto, se torna importante aprofundar um pouco as idéias sobre liberdade, pois o conceito do qual se utiliza a autora nada tem a ver com a liberdade como livre-arbítrio, como uma realização da interioridade. Estaria, sim, ligada à possibilidade de exercício da ação, seria na verdade a própria ação, “os homens são livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois ser livre e agir são uma mesma coisa” (ARENDT, 2000 p. 199). E, essa possibilidade de agir só existiria quando se está livre do mundo da necessidade, pois é o mundo e não a vida que ocupam o espaço da política. Neste sentido, a experiência descrita neste trabalho não pode ser pensada como construção efetiva de espaços para a realização da atividade humana da ação. As necessidades da vida estão presentes de forma contundente, inclusive regem e muito os espaços de discussão coletiva.

Um outro autor que também pode contribuir nas considerações acerca da autogestão é Deleuze, com a idéia de insurgência. Ele utiliza o conceito de possível como a abertura para

novos processos que ainda não estão dados no campo social, nem foram pensados, “quanto ao possível você não o tem previamente, você não o tem antes de tê-lo criado [...] O possível chega pelo acontecimento, e não o inverso; o acontecimento político por excelência – a revolução – não é a realização de um possível, mas uma abertura do possível” (ZOURABICHVILLI, 2000, p. 335). Essa abertura é que se apresentaria como meta: trabalhar na produção das “brechas”, de novas possibilidades e não na realização de um projeto. Deleuze substitui realização por atualização e efetuação, sendo efetuação a afirmação daquilo que irrompe.

Para o autor, o político seria a possibilidade de existência do novo que chega através do acontecimento, produzindo uma nova existência, uma nova subjetividade, novas relações com o corpo, o tempo, a sexualidade, o meio, a cultura, o trabalho. Porém, para Deleuze, a política não se restringe às novas produções – as chamadas micropolíticas. Há também a macropolítica, que estaria ligada aos movimentos de centralização, determinação e dominação. Retomando o conceito de possível: na macro-política, o possível seria o que já é existente, aquilo que dá sentido a um determinado projeto, e na micro-política, o possível seria o resultado da política – esta entendida como a que provoca o possível (KOHAN, 2004). Vale ressaltar que essas duas dimensões não devem ser pensadas separadamente, mas são coextensivas e atravessam a sociedade, as instituições e os sujeitos.

Nos exemplos citados acima como experiências de autogestão vemos a existência de uma condição histórica de muito controle e de homogeneização das práticas e, ao mesmo tempo, o surgimento de organizações que propunham um modo diferente de funcionar, instituindo novos modos de fazer. Novamente vale um adendo: o macropolítico não deve ser entendido apenas como o Estado e suas instituições, pois toda política é macro e micro, ou seja, há sempre um movimento de ruptura e manutenção em todos os espaços sociais.

Em alguma medida - pois os autores citados seguem linhas de pensamento muito diferentes - estas conceituações permitem pensar a autogestão não como realização de uma idéia já construída, mas como atitude diante do surgimento do novo, não enquanto fenômeno ligado a cada um de seus integrantes, mas a ampliação de campos e espaços de criação.

Neste sentido, um outro conjunto de idéias pode contribuir neste campo de debate sobre os processos autogestionários: as formulações da análise institucional. Suas conceituações têm como base a autogestão e a auto-análise, além da premissa de que só por meio de uma organização que ponha em questão as relações de hierarquia e rompam com o instituído é que podemos pensar em transformações efetivas na ordem social.

Lourau – um dos representantes desta vertente – aponta a relação da gênese da análise institucional e o processo histórico, e seu comprometimento com a busca por novos instituintes,

se a classe operária não tivesse conhecido seu fracasso histórico em 1914 (falência da 2ª Internacional). Ou se, em junho de 1917, os regimentos concentrados em Soisson tivessem levado a cabo, com êxito sua marcha sobre Paris. Ou se os conselhos operários alemães, 1918, não houvessem sido tão facilmente sabotados, a partir de dentro, pelos militares e social-democratas. [...] é provável que na franja das ciências sociais, entrecruzamento de várias destas ciências e da herança histórica dos movimentos revolucionários do mundo inteiro jamais tivéssemos visto aparecer ou se desenvolver a análise institucional como teoria crítica das formas sociais (LOURAU, 2004, p. 141).

Apesar de meio caricata, a colocação permite pensar nas linhas que se cruzam nas produções de um determinado período e que têm na autogestão a forma de resistência e abertura para novos processos sociais.

Se as transformações das condições econômicas e a chegada a uma sociedade mais justa só é possível via a autogestão de empresas e de outras instâncias da vida, a análise

institucional amplia estas possibilidades entendendo que, só desta forma pode-se pensar em novos modos de fazer que produzam outras subjetividades.

A autogestão, portanto, só pode ser entendida e analisada enquanto prática cotidiana e a partir das referências de cada coletivo. Como coloca Deleuze (2000, p. 218), “é ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle”. É no efeito de cada encontro e na descoberta de um novo modo de fazer e atuar, problematizando e não homogeneizando que vamos caminhando nas brechas e instituindo novas possibilidades de existência.

A escolha pela autogestão não tem a ver apenas com um projeto político se pensado nas relações entre Estado e sociedade civil. Trata-se, também, de assumir a perspectiva da criação de novos modos de vida: é a imprevisibilidade num mundo que pede planejamento, é desvio num mundo que pensa seguir em linha reta, é atitude diária de descentramento.

A partir destas idéias, os mutirões podem ser pensados como um espaço para experimentações de outras maneiras de se organizar. E esta experimentação vai se forjando no dia a dia de trabalho das famílias, e não como uma escolha feita a priori, significando o posicionamento por um ou outro projeto político. Neste processo, os desafios se impõem de forma contundente, pois é da vida que se fala, é a partir das necessidades e das condições precárias de vida que se negocia e decide no canteiro de obras. Porém, se afirmamos a existência de movimentos de homogeneização e também de produção no campo social, em cada pequena conversa, discussão e decisão podem se forjar novos sentidos e vivências e se conformar um espaço diferenciado de reflexão e construção coletiva.

4.2 O mutirão e suas tramas

“porque nenhuma das mulheres, [...], permitir-me-ia supor que elas são surdas ou cegas aos conflitos que dilaceram as suas vidas, nem mesmo supor que vivam os conflitos e não reflitam sobre eles, que não saibam onde localizá-los. Se o trabalho é a resposta para enfrentá-los, é porque não se permitem mergulhar na desesperança.”

Sylvia Leser de Mello

Quando pensamos na construção de moradia em mutirão logo somos levados a pensar na formação de uma comunidade, na participação, na liderança, na coordenação, nas regras. Em meio a isso há o desemprego, as relações informais de trabalho, o deslocamento nômade destas populações, a dificuldade de transporte, os problemas de saúde, a relação com a cidade²⁷. Eram os perueiros que recebiam por dia e não podiam ficar sem trabalhar trazendo à tona a falta de relações estáveis de trabalho; as trufas, chocolates, Avon, Natura e outras vendas informais que iam aparecendo; o número de jovens grávidas que ia surgindo, apresentando a maternidade como um dos únicos destinos possíveis; as crianças que foram nascendo e tinham que ir à obra, ou ficavam com irmãos trancados dentro de casa; os que mudaram para perto da obra para gastarem menos com condução e baratear o aluguel.

Todas estas realidades iam moldando as respostas que o processo do mutirão tinha que dar a todas estas demandas: o que fazer com os perueiros que não podem vir? E as grávidas? Licença maternidade é de quanto tempo? Com quem fica o nenê? Como resolver a falta de alguém que alega não ter o dinheiro para pegar o ônibus?

²⁷ Em décadas passadas, como apresentado em capítulos anteriores, a chamada periferia estava em processo de formação. A possibilidade de um teto para morar se concretizava na ida a bairros distantes e sem nenhum tipo de infra-estrutura ligada ao consumo, nem mesmo serviços públicos básicos como escola, posto de saúde dentre outros. Hoje, tanto nos bairros onde residem as famílias – Heliópolis, São Mateus, Rodolfo Pirani, Jd. Clímax - como onde está o mutirão – Itaim Paulista - infra-estrutura de água e esgoto, postos de saúde, escolas, apesar de precários e insuficientes existem. Além disso, um comércio ampliado que fica restrito às pequenas vendas no meio dos bairros e que nas grandes avenidas, o chamado comércio popular explorado pelos grandes nomes, disputam sua “fatia do mercado”. Assim, com os bairros periféricos mais “integrados” segundo a lógica da expansão capitalista da cidade e do consumo, é o desemprego, a informalidade dos bicos, a instabilidade que parecem marcar a experiência das classes populares nos dias de hoje.

O trabalho das mulheres e a presença dos homens iam desvelando as relações familiares e as questões de gênero. Alguns maridos não acreditavam que a casa ia sair e por isso suas esposas não participavam, já outras ou iam acompanhadas ou não participavam, pois “obra não é lugar de mulher”. Há as que diziam que estavam construindo a liberdade e muitas o futuro para seus filhos. Havia os casais que iam juntos, os que se dividiam, o rapaz que foi deixado pela esposa com três filhos, os que não têm filhos e os que os levavam para a obra.

Todos estes elementos poderiam ser caracterizados como intensidades que iam compondo a forma e as estratégias da participação dos mutirantes. Digo intensidades e não condições, pois estas parecem estancar o movimento, dando uma noção de determinação. Já intensidades levam à idéia de campo de forças que, portanto, pode ser modificado, intensificado. A escolha por uma idéia mais aberta não pretende minimizar a luta diária das famílias mutirantes nem camuflar as reais condições de vida desta população, mas ressaltar a abertura de possíveis arranjos nas formas de viver e permitir pensar em novos agenciamentos.

Ocorriam transformações também no entorno da obra: a produção de marmitas, o café da manhã vendido no portão e as sobremesas que pululavam depois do almoço. Eram moradores da região que aproveitavam a chance de aumentar seus rendimentos mensais com um novo contingente de pessoas que desembarcavam dos ônibus todos os finais de semana. A relação era tão direta entre a produção e o trabalho na obra, que estes pequenos comerciantes eram avisados quando não havia atividades em determinado final de semana para que não produzissem. Havia um restaurante bem em frente a uma das obras e que já algum tempo funcionava no local. Seu surgimento se deu em função de outras obras que já ocorriam na rua. Vale aqui uma informação: na mesma rua foram construídos mais de 16 empreendimentos com, no mínimo, 100 apartamentos cada um deles. Ou seja, o impacto populacional foi indiscutível para o local, e, durante a obra com empreiteira, técnicos da CDHU e os mutirantes se transformavam em potenciais consumidores para aqueles que precisavam

“arranjar” alguma fonte de renda. Ao longo da obra, o restaurante foi ampliado e diversificou seus serviços para conseguir atingir os que ficavam mais distantes do local, fazia entregas.

Os próprios mutirantes também estabeleceram algumas pequenas vendas na obra e para minimizar problemas maiores com um comércio generalizado, já estava previsto no regulamento a proibição de vendas dentro do canteiro. Como as vendas eram apenas no horário de almoço e se restringiam aos chocolates e miudezas, não eram motivo para discussões e “as trufas da Raquel” acabaram se tornando tradição.

Em certa medida, se o mutirão para a dinâmica da cidade já se conformava como um olhar mais microscópico para o cotidiano, os passeios pelo canteiro aos finais de semana, a conversa no pé de ouvido durante o café, os almoços no restaurante já citado também eram uma aproximação maior a todos estes modos de vida que iam se mostrando e se forjando durante o processo de construção. Eram os namoros que surgiam, os casamentos que acabavam, a coordenadora que foi participar do movimento por causa do filho que precisava de moradia, os boatos que corriam e não chegavam à sala da coordenação, as negociações com o mestre de obras sobre como as atividades deviam ser desenvolvidas, os empréstimos, os bicos arranjados, as indicações para vagas de trabalho. Além disso, as combinações de ficar à noite para fazer segurança, as idas dos mais jovens para as ocupações *“por ser divertido encontrar com pessoas diferentes”* (fala de uma mutirante).

Num certo domingo, à espera do ônibus, uma mutirante numa conversa para passar o tempo disse só ter energia para participar, pois tinha a companhia de Dona Antônia que a esperava todos os sábados para irem juntas para a obra, *“eu venho assim direitinho porque venho com ela, senão seria mais desleixada”*. Numa leitura rápida poderíamos arriscar uma interpretação indignada justificada por um comodismo da mutirante, já que a construção da casa estaria vinculada à companhia de alguém. Mas dessa forma, estaríamos colocando tudo no registro da necessidade e da consciência, como se só estas pudessem reger a participação.

O que a situação nos mostra é a força de outros encontros e como a companhia de alguém pode ser essencial para se estar mais presente.

E, por pensar em todo esse processo como um campo de forças, a busca era por intensificá-lo, não necessariamente trabalhar para modificá-lo, mas problematizar, ou seja, manter o movimento para que essas situações pudessem ser vividas como experimentação e não como resposta a um modo de operar que já estava dado.

Entretanto em várias situações o movimento era o contrário, de reforço de uma homogeneização. As pessoas se remetiam a uma identidade mutirante para circunscrever alguma atitude das famílias. Falas do tipo: “já trabalhei com isso, eu sei como é, mutirante é fogo”, marcavam a cristalização de uma posição e a manutenção de uma forma de pensar a atuação das famílias participantes.

Em uma assembléia, uma liderança, no meio de uma fala sobre a participação política no embate com o Estado, colocou “porque a gente está aqui, porque a gente escolheu o mutirão”, uma mutirante gritou dizendo “escolheu não, estamos aqui por necessidade”. O que está em jogo não é a análise ou não da participação, mas sim a confirmação de que há múltiplos sentidos, de que múltiplas intensidades atravessam o processo. O que está em jogo não é a análise ou não da participação, mas sim a confirmação de que há múltiplos sentidos, de que múltiplas intensidades atravessam o processo. Tentar homogeneizar para dar força ao discurso impede que pensemos neste como um lugar de experimentação de vários, de muitos. Segundo Deleuze (1998, p.71) “uma totalidade está somente no E, que não tem a mesma natureza que os elementos, os conjuntos e sequer suas relações” e, portanto estamos falando da necessidade E da escolha, não precisamos constituir como partes da equação cada uma com uma função, mas como intensidades que fazem parte do campo de forças. Há os que não precisam e estão lá, outros que precisam e desistem, há os que precisam e participam, outros que não precisam e não participam. Marcondes, em seu livro *Crianças de classes especiais*

(1994, p.66) fala sobre as relações de causa-consequência que estabelecemos sobre as situações na busca por uma origem e que nos levam à falsas questões, e a substituição do *por que* pelo *e* problematiza e promove novos acontecimentos,

ter medo e brigar é diferente de ter medo e chorar. Aliás, não existem “o” medo, nem “a” loucura, nem “a” intervenção. Problematizar seria então libertar o desejo de qualquer categoria, como, por exemplo, da categoria de se esse desejo deveria ou não existir. É deixá-lo existir em paz, é substituir o “porquê” pelo “e”.

Como disse um mutirante numa assembléia sobre o culto ecumênico no final de uma ocupação no centro da cidade *“olha gente, foi muito emocionante ver todo mundo junto, à noite na Praça da Sé, mas era um misto de muita união e muita, mais muita necessidade”*.

Num seminário sobre movimentos populares, uma liderança jovem de um movimento de moradia importante de São Paulo definiu de forma muito interessante a possibilidade dessas experiências *“a importância maior da ocupação é abrir a possibilidade da vivência de outras formas de relacionamento com a cidade e com as outras pessoas. É a ruptura com o cotidiano.”*²⁸

Assim, embora haja uma experiência de sobre-trabalho apontada pelos estudiosos do tema e também nomeada pelos mutirantes, as significações sobre o processo são variadas e podem transcender este aspecto. Para muitos, essa percepção baseou toda a experiência na obra, já para outros a sensação de todo fim de semana estar construindo algo para si e perceber o espaço do canteiro como construção sua, trazia uma satisfação de estar lá aos finais de semana. Vários mutirantes que ficavam um tempo sem ir diziam sentir saudades, além de outros que, durante um período, tinham que fazer a segurança da obra durante a semana diziam ficar muito cansados, mas gostavam de dormir lá com outros mutirantes. Simone Weil

²⁸ Frase retirada de uma fala feita pela militante e liderança do MTST Helena na mesa redonda Poder, política e ressentimento nos movimentos sociais parte da Semana Movimentos Sociais e Universidade: Os movimentos sociais populares urbanos, as lutas por moradia e o papel do intelectual realizado na PUC-SP.

(1996, p.128) traz uma descrição sobre a greve em uma fábrica e também fala desse momento como a possibilidade de novas significações,

independentemente das reivindicações, esta greve é, em si mesma uma alegria. [...] Além do que, aconteça o que acontecer depois, sempre houve isto, agora. Finalmente, pela primeira vez, e para sempre, haverá em torno destas máquinas pesadas outras lembranças flutuando, e não só as do silêncio, da opressão, da submissão. Lembranças que põe um pouco de orgulho no coração, que deixarão um pouco de calor humano em cima de todo esse metal.

O mutirão, assim como as greves e as ocupações, pode configurar-se como um espaço de experimentação abrindo a possibilidade para a existência de outros encontros e sentidos no cotidiano da vida.

4.2.1 Os boatos e as assembléias

As assembléias no mutirão eram espaços de fala e escuta e também de muita confusão. Conversas paralelas, saídas para um cigarrinho, crianças chorando e brincando. Havia um agravante para uma certa desorganização das pessoas, que era o local das reuniões. Não havia lugar para todas as famílias se acomodarem sentadas e o salão, no qual foram feitas a maioria das reuniões, era bastante apertado.

Em meio a todos os inconvenientes, decisões eram tomadas, discussões eram feitas, mal entendidos eram desfeitos. Havia um fenômeno interessante que era o entendimento das pessoas com relação às discussões e votação, pois após as reuniões o número de versões sobre o mesmo assunto eram inúmeras e, talvez, tivessem como causa a desatenção de muitos participantes. Mas também havia os entendimentos e os sentidos que cada um, com seu repertório, ia dando aos assuntos discutidos. Algumas decisões eram simples, como a escolha das janelas e a não colocação dos azulejos, mas outras ampliavam o espaço da discussão e da decisão. Eram os processos que diziam respeito ao justo, aos encaminhamentos coletivos e as

decisões sobre a vida do outro. Assim, os diversos entendimentos geravam confusões para funcionamento do grupo ao mesmo tempo que demonstravam a complexidade de toda a dinâmica de uma assembléia. Poucas pautas e tempo para a discussão são fatores importantes num processo em que as pessoas não estão acostumadas a longos debates. Muitas vezes, perguntas óbvias para um observador de fora eram de extrema importância para iniciar uma conversa e fazer irromper a multiplicidade de entendimentos que estavam circulando. Era num desses momentos que se tornava possível pegar o gancho de uma determinada forma de pensar para modificar o modo de falar ou mesmo se dar conta das possíveis entradas e saídas para os impasses que surgiam.

Ao mesmo tempo que a assembléia era o espaço legitimado dos debates, era claro que existiam alguns outros níveis de decisão, principalmente, pela velocidade com que as coisas aconteciam durante a obra. O tempo das decisões coletivas não é o mesmo das atividades a serem desenvolvidas pelos grupos. No mutirão, e em algumas organizações autogestionárias, a imposição do tempo da produção pode atuar como justificativa para determinadas decisões não serem feitas de forma coletiva. Entretanto, como vemos no estudo de Esteves (2004) e mesmo nas observações deste trabalho, os grupos criam seus mecanismos de participação e, inclusive de decisão, que não estão ligados ao espaço da assembléia, e são parte importante do funcionamento destes processos.

O boato era um desses mecanismos. Eles surgiam no canteiro e iam tomando proporções que acabavam pedindo um posicionamento da coordenação. Em muitos casos, era uma tentativa de desestabilizar o trabalho da coordenação e a denominação “boato” se tornava adequada. Em outros, tinham a função de trazer à tona algum tema que as pessoas queriam que fosse discutido, mas que não encontrava ninguém como o porta-voz direto.

Em várias situações, durante a obra, foram convocadas reuniões de última hora - as famílias que estavam em canteiro se agrupavam no intervalo para o café ou no final das

atividades - para que fossem feitos esclarecimentos sobre algum tema que estava gerando polêmica. Dependendo do assunto, a coordenação esperava que as conversas se dissipassem, já outro o tema se transformavam em pauta de assembléia.

Em relação à construção propriamente dita, as compras eram feitas durante a semana e os trabalhos a serem realizados aos finais de semana eram decididos em conjunto com o mestre de obras. Quando precisavam decidir algo relacionado aos apartamentos como as janelas, portas, cor do prédio e algumas mudanças estéticas do projeto, como a localização da porta do banheiro, o coletivo era priorizado. Aos finais de semana, havia toda uma movimentação nos grupos de trabalho, com os mutirantes decidindo e negociando sobre as atividades a serem realizadas no canteiro. Os que tinham algum conhecimento de construção civil assumiam algumas modificações nas formas de fazer e se tornaram referências durante a construção.

Apesar de sabermos que o espaço da assembléia, não pode ser considerado como o único espaço de debate e decisão e, portanto, não se torna o único parâmetro para analisar estes coletivos, ele é o espaço em que o coletivo se vê como um todo. Se algo devia ser mudado, era discutido e conversado durante o trabalho, mas a decisão só sairia oficialmente após a votação em assembléia. Neste sentido, nas três associações a assembléia era entendida como o lugar de expor, cobrar e decidir. Importante salientar que as assembléias eram mensais, o que dava uma periodicidade aos encontros. Em relação a uma cooperativa, as atividades dos mutirantes e a organização da associação são simplificadas, o que permitia explorar mais as situações coletivas de debate, parando as atividades em canteiro se fosse necessário - o que não é possível numa cooperativa de produção de grande porte.

Ainda com relação às assembléias, elas eram priorizadas como espaço de decisão no discurso de todos e vistas como importantes e cheias de significados. Porém, os acordos feitos já pareciam ter sido desfeitos, muitas vezes, logo após a reunião. O importante era o

momento, as conversas, os debates, as discussões, as “lavações de roupa suja”, mas não os acordos. Em seguida ao decidido, alguém vinha tentar mudar algo ou abrir uma exceção à regra no âmbito do privado. Algumas vezes, quando ocorria uma situação pública em que deveria ser reafirmado algo decidido em assembléia, o caso era pensado pontualmente. Por outro lado, em muitas situações a fala “isso foi decidido coletivamente” era usada para encerrar um impasse.

4.2.2 As coordenações

Alguns trabalhos de pesquisa que focaram nos mutirões discutiram o papel das lideranças neste processo de construção. Em geral tratava-se de uma liderança com um caráter político forte, ou seja, aquela figura que negocia e que está em relação com as instâncias governamentais, que tem a força da mobilização. Nas primeiras experiências de mutirão por autogestão aqueles que estavam à frente do processo construtivo também eram os que estavam ligados a uma rede política de relações, eram o ponto de articulação, na população, dos outros atores envolvidos na constituição dos movimentos de moradia. No caso das associações, que são referência para este trabalho, esta função de articulação foi ocupada pela executiva do movimento - lideranças históricas - que possuem uma experiência no movimento e promoveram o processo de negociação. Já na obra, essas lideranças não tiveram a frente do processo, e sim as coordenações da associação. Os coordenadores e posteriores líderes dos mutirões nascem junto com as associações e são escolhidos pelas famílias participantes. Quando foi perguntado a uma das coordenadoras o porquê de ela ter decidido topa a coordenação, ela disse: “alguém tinha que topa, senão não ia sair”. Quer dizer, as lideranças de quando entraram nas reuniões eles denominam – o movimento – e as coordenações são vistas como aqueles que toparam ficar na linha de frente da associação para que saísse o

mutirão. É certo que estas pessoas se tornam referências, mas não assumem um lugar tão distante do que parecem ter os líderes “mais políticos”. Houve votação e escolha e todos tiveram a possibilidade de se pensar naquele lugar, o que modifica um pouco a percepção sobre o papel que irão assumir durante a obra. É interessante que a grande maioria dos mutirantes e mesmo as coordenações em alguns momentos nomeiam as lideranças históricas de “o movimento”, ou seja, aquele que negocia e faz política é o movimento, nós agora somos da associação. O pertencimento muda.

A participação nas passeatas e no próprio movimento durante algum tempo é vivido como político, pois a disputa aparece no concreto – é em frente do gabinete do governador, é na frente da CDHU. Quando a obra inicia, o político permanece neste âmbito dos espaços institucionalizados e, portanto é realizado pelas lideranças históricas. As negociações com os fiscais, com os técnicos da CDHU e mesmo a invenção cotidiana do funcionamento da associação não são vistos, pelas famílias, como espaço da política.

A forma de compor a coordenação da associação apresenta um outro elemento importante, que é o fato de a coordenação também ser mutirante. Ou seja, há uma dimensão da igualdade que também contribui para um relacionamento mais próximo. Esta colocação de que a associação é composta por mutirantes e, portanto sua coordenação também o é parece óbvia, mas isto não acontece em todos os casos. A maioria das associações vinculadas ao programa do governo estadual tem suas coordenações indicadas pelos movimentos, sendo que elas não fazem parte do coletivo de mutirantes. Esta posição é defendida pelos próprios técnicos da CDHU como ideal.

Apesar da formação das coordenações do mutirão já serem resultado de um processo coletivo de escolha, em que todos estão em condições iguais, não havendo a ocupação natural dos lugares por aqueles que já são as lideranças, isto não é condição suficiente para garantir que as relações se estabeleçam de forma horizontal.

Como nas cooperativas autogestionárias, a diferenciação entre os que ficam na administração e os que realizam a atividade fim se torna um campo interessante de reflexões e negociações entre os participantes. Nos mutirões, logo no início da obra, foi necessário decidir aqueles que seriam remunerados para ficarem à frente da gestão do empreendimento. Como a coordenação já estava mais familiarizada com as relações com o poder público, aqueles que ao longo deste processo se destacaram acabaram sendo os contratados, o que significava receber um salário para as atividades realizadas durante a semana e cumprirem aos finais de semana a carga horária como mutirantes. Em tese, eles desenvolveriam as atividades de administração num horário diferente das atividades de obra, mas mesmo aos finais de semana acabavam fazendo atividades ligadas à parte mais administrativa. Apesar do reconhecimento da importância do trabalho a ser feito no “escritório”, a não participação no trabalho braçal da obra era visto também como privilégio da função, o que, muitas vezes, gerava cobranças nas assembléias. A colocação desta tensão entre o trabalho braçal e o trabalho administrativo, entre os privilegiados do escritório e os desprivilegiados do canteiro, nem sempre era vista com tranquilidade, e sempre que ela emergia, parecia haver o rompimento de uma confiança que deveria ser irrestrita. Num dos mutirões, um dos coordenadores e figura importante na coesão do grupo desde o princípio colocou o sucesso do mutirão em primeiro lugar e fazia de tudo para que não houvesse problemas: fazia a segurança de madrugada na obra e dispunha de dinheiro próprio para sanar dívidas e comprar material para obra. Quando havia algum tipo de questionamento nas assembléias, as respostas vinham sempre em forma de defesa e também de ataque aos que perguntavam. Depois de algumas conversas com ele e com outras famílias fomos percebendo que a reação era em função de achar que as perguntas eram o não reconhecimento do seu esforço, empreendido ao longo da semana. E não era esse o caso, já que este mesmo coordenador se tornou uma liderança positiva, no sentido de ter se constituído a partir da confiança e reconhecimento. Ele passava

os finais de semana no canteiro, pelo entendimento de que era mutirante aos finais de semana, o que aproximava as questões da administração dos outros mutirantes.

Esta circulação da informação era de extrema importância, e acontecia em consequência da própria circulação física dos “administradores” pelo canteiro. Ou seja, havia uma distância espacial entre escritório e canteiro e se os coordenadores ficassem fechados na sala da administração, esta distância se tornava simbólica não só na identificação de uma hierarquia ligada à diferenciação de trabalho, mas também no que diz respeito a um acesso democrático à informação e ao poder. Assim, a circulação dos coordenadores pela obra não tinha uma função apenas de horizontalização das relações, mas também fazia com que as informações saíssem das portas fechadas e circulassem por todos os participantes.

4.2.3 As regras – o universal e o particular

Uma outra dimensão que interessa discutir neste trabalho é a da lei, da construção das regras e do seu cumprimento por parte das famílias, já que estes foram elementos norteadores importantes dos nós críticos da organização. Foi a partir deles e do debate que suscitavam que dei rumo ao meu trabalho com as famílias. Estamos falando dos acordos coletivos, do lugar da coordenação, do uso e do entendimento dos espaços de debate e decisão do grupo.

É interessante pensar nesta regulação entre o legalismo e o “bom-senso”, se podemos colocar as coisas nestes termos. Enquanto em uma associação o regimento era seguido a ferro e fogo e se transformou no centro do debate ao longo das atividades - todos ficavam a postos para ver se algo estava fora da ordem para que pudessem pedir atitudes da presidente - nas outras duas havia uma regulação que se dava na aceitação de algumas práticas que iam se instituindo.

A discussão do regimento foi feita antes do início da obra com muito debate e votações longas. Já se iniciava aí um trabalho de construção coletiva dos acordos, de forma que estes não fossem sentidos como externos àquele grupo de pessoas. Mas aos poucos, a coordenação assumiu o papel de executora das leis e o embate passou a ser entre os que queriam burlar o instituído e aqueles que defendiam seu efetivo cumprimento, fazendo com que os líderes tivessem que legislar e manejar os conflitos conforme apareciam as demandas.

As decisões sobre alguns casos particulares e o jogo de cintura também faziam parte do cotidiano das coordenações. O manejo das regras era um esforço intenso de decisões caso a caso. Poderíamos, nos utilizando de um olhar superficial, dizer que ocorria um abuso de poder, já que alguns decidiam a quem servia ou não a regra, de forma a criar a classe “dos protegidos”. Entretanto, as decisões não eram baseadas nesta premissa, mas sim no senso daquilo que parecia ser mais potente, mais justo, mais adequado a determinada situação especial. Aí se abriam uma infinidade de caminhos e de possibilidades de intervenção. Claro que a idéia de esgarçar as possibilidades poderia gerar a importância de um juiz que decide, a quem delegamos a nossa capacidade de decidir. E, em muitos momentos, foi este o papel que assumi no trabalho. Ao invés de abrir o campo dos arranjos possíveis, ou seja, de, nas conversas com os mutirantes ampliar o debate sobre regras e a partir daí pensar na constituição de um campo coletivo, me tornei uma figura que fazia o corte entre o justo e o injusto. Aos poucos fomos colocando as discussões nas assembléias e mesmo em conversas intermináveis com os mutirantes sobre alguma decisão ou atitude que consideravam complicada por parte da coordenação. A questão da aplicação do regimento e seu manejo gerava muitas discussões e conflitos. Se de um lado parecia essencial que se pensasse em um acordo comum entre as famílias, por outro o embate constante e o burlar as regras trazia à tona a possibilidade de linhas de fuga e de resistências que faziam pensar sobre as contradições dos processos coletivos. Aqui linhas de fuga e resistências podem ser entendidos

como vetores que impunham a problematização e em alguns momentos apareciam como uma chance de romper com uma atitude mais autoritária por parte da coordenação ou da própria assembléia.

Este confronto entre o instituinte e o instituído, permeado pelo regulamento e por sua utilização, gerava acontecimentos que permitiam uma reflexão sobre a questão das regras, dos acordos coletivos e do funcionamento das relações. Muitas vezes fui parada no meio da obra com a pergunta “Você acha justo eu ter que deixar meus filhos sozinhos enquanto outros ficam cheios de faltas?”. A questão é que os outros que estavam cheio de faltas também alegavam algum tipo de dificuldade.

Por mais cristalizadas que fossem muitas posições, a variação de arranjos promovia a multiplicidade. Esta multiplicidade também aparecia na hora de negociar as regras estabelecidas no regimento - cada história aparecia como exceção a regra e ficava difícil submeter todas elas ao mesmo enunciado estabelecido. No início, oscilava-se entre a legalidade da regras e a sua total ineficiência diante da realidade que estava posta. Como as associações tinham 100, 112 e 252 famílias, ficava difícil estabelecer um cotidiano de discussão daquilo que poderia ser feito de forma mais “informal” sem ferir a chamada igualdade perante a lei.

Na verdade, esta afirmação de uma legalidade absoluta, ou sua discussão a cada dia parecia cada vez menos plausível para pautar as discussões sobre o que era justo ou injusto. A discussão sobre igualdade de direitos já vem de longa data e camufla as desigualdades profundas que o sistema capitalista promove na sociedade. No mutirão, as desigualdades apareciam escancaradas em cada conversa, nas justificativas para as faltas. A frase “isto não é justo” era constante e trazia incômodo, quando apontava que o mutirão poderia promover um sentimento diferenciado: se alguém estava se sentindo injustiçado num grupo que em tese era autogestionário, isto não deveria ser tomado como normal e sim promover algum debate.

Uma vez, um mutirante, que havia sido levado à assembléia para se explicar sobre o número alto de faltas, foi conversar comigo sobre a injustiça dele não ter sido ouvido pela coordenação sem passar pela assembléia. Eu coloquei que entendia a posição dele de que estava desempregado, de que eram muitas faltas e de que não teria dinheiro para pagar tudo e eu respondi que tudo que havia feito até aquele momento era para tentar minimizar as injustiças da vida de cada um. Neste momento, me dei conta da encruzilhada em que me colocava a cada vez que tinha que usar o argumento de que a regra deveria ser seguida à risca. Eu acabava, numa tentativa de potencializar o sentido da justiça e de uma lei que serve aos propósitos daqueles que as criam, tomando contato com um entendimento das regras como algo excludente e que parecia vir de fora por parte dos participantes em falta.

Ferreira (2006, p.165) em seu livro sobre a violência nas periferias paulistanas, apresentando a argumentação de Gorz sobre o Direito coloca que

[...] o Direito ultrapassa o caráter subjetivo das interações, as relações sociais passam a ser mediadas por um conjunto de regras que permitem orientar as ações para além dos interesses individuais. Com essa mediação é o próprio campo do conflito que se desloca da lógica privada para o terreno do ordenamento civil. No entanto, Gorz chama a atenção para a insuficiência do Direito em promover, por si mesmo, a pacificação da sociedade. Junto com a imposição do ordenamento civil, os indivíduos devem ser protegidos em sua labuta cotidiana pela sobrevivência. Segundo o autor, a proteção frente aos imperativos das necessidades e a regulação das condutas são os dois lados da mesma moeda. O raciocínio do autor nos esclarece a incapacidade da Justiça [...] em administrar o horror da violência: como impor regras, regular condutas quando os indivíduos estão negociando a possibilidade de sobreviver, de se manter vivo?

Não cabe aqui um aprofundamento dos argumentos ligado à Justiça como instância maior, mas podemos pensar sobre muitas das situações vividas no mutirão e sobre como as condições de vida precárias impunham um exercício de deslocamento que tentava circunscrever um espaço legítimo de acordos coletivos.

É interessante observar que algumas exceções não eram questionadas e se tornavam unanimidade sem nenhum debate. Havia um mutirante que chegava bêbado todo final de semana e fazia algazarra no canteiro, mas trabalhava muito bem. A regra diz: é proibido entrar bêbado para o trabalho no canteiro com previsão de advertências, e até de exclusão da família. Mas neste caso, todos sabiam que ele precisava fazer um serviço específico e que era adequado que não houvesse muita gente trabalhando junto com ele. Assim ele ficava bem e trabalhava. Por dois anos as coisas foram levadas desta maneira. Quando ele estava muito mal, era convencido a ir embora. Senão ficava para trabalhar, como aconteceu na grande maioria das vezes.

Nos grupos autogestionários, há um embate constante entre os acordos informais e a formalidade dos acordos coletivos. O exemplo acima poderia ser pensado dentro desta dicotomia e estaria assim fora do enquadramento. Mas o que talvez importe pensar é na existência destas duas formas de se estar nestes grupos, que não se configuram como opostas e sim numa composição de forças que contribuem na abertura para o que não está previsto.

No trabalho com grupos na formação de cooperativas, apesar da disponibilidade a potência do novo que caracteriza o processo, nos aprisionamos nos conceitos de cooperação e solidariedade. A idéia de multiplicidade e a justificativa para determinados acontecimentos ficam restritos a algumas fôrmas. Tudo deve ser discutido e aparecer no espaço coletivo para ser negociado. Fala-se sobre todas as coisas, acordos são promovidos constantemente e as causas para o comprometimento são sempre remetidos a cada um dos integrantes. A centralização da consciência dos fatos para a melhor tomada de decisão aprisiona as possibilidades que tentam se instituir. Interessante pensar na possibilidade de irrupção e o quanto esta carrega a noção de instabilidade. Num curso que dei para duas cooperativas, a discussão sobre um equilíbrio que nunca chega no grupo, além de conversas e da vivência na ITCP ajudaram a pensar sobre essas cristalizações. A possibilidade do vir a ser é condição de

existência das organizações autogestionárias e talvez nos imponha o pensar nestas organizações como “desequilibradas”, ou seja, sem almejar algum patamar de referência. Desta forma, o sentimento que circula é de crise, de desorganização, de algo que está desajustado. Fica-se em busca das causas, paralisando a circulação, como se esta fosse um problema. Acusa-se, quando desta sensação de crise, a falta de comprometimento dos membros do grupo, a falta de objetivos comuns, ao mesmo tempo que a estrutura é acusada de não ser democrática. Na verdade, as variações de arranjos destas estruturas me parecem apontar não à impossibilidade de achar a melhor forma, pelo contrário, as variações são intensificação de um funcionamento que não julga a priori, mas que opera em função de seus efeitos, podendo ser revisto a cada momento. No entanto, não parece ser tão fácil navegar por águas eternamente revoltas.

Ao longo do processo da construção, o tema da exclusão era sempre presente e se mostrava na fala dos mutirantes como a única forma de mobilizar a participação. Foram excluídas apenas duas famílias, seja por que havia uma reação através do esforço das famílias em não faltarem, seja por uma relativização das regras por parte de alguns coordenadores em casos específicos. A associação em que ocorreram as duas exclusões, diferente das outras, seguia à risca o regulamento, principalmente no que dizia respeito ao número de faltas. A presidente era conhecida pelo rigor nas atitudes e o campo de negociações era muito pequeno. Os mutirantes tinham pouco poder de voz e a reação vinha no desafio de burlar as regras. Alguns tentavam a negociação com diálogo e outros em ato, ou seja, ficavam trabalhando sem capacete, tentavam levar outras pessoas para trabalhar aos finais de semana, trocavam a roupa antes do horário de ir embora e geravam discussões enormes no escritório da administração. No primeiro caso de exclusão, estávamos no meio do primeiro ano de obra e o representante da família que trabalhava aos finais de semana era um rapaz de 21 anos, casado, com um filho de um ano e que morava nos fundos da casa da mãe. Ele já vinha se destacando por discutir

sistematicamente algumas regras e tinha sido o primeiro a ir para a assembléia por excesso de faltas, quatro meses depois do início da obra – abril de 2005. Em maio, foi convocado novamente por não ter cumprido o acordo de pagamento das faltas e ter acumulado oito faltas²⁹. O relato que se segue foi retirado do diário de campo feito após a terceira convocação, em setembro de 2005. Ele é longo, mas traz uma boa noção sobre os movimentos que estão presentes neste processo.

Este caso se iniciou em maio, logo após minha chegada no mutirão. O mutirante já era famoso e já tinha causado algumas confusões. Ele já tinha ido à assembléia por estar com sete faltas e havia mandado muitos representantes diferentes para o trabalho e não havia tido permissão para que trabalhassem. Houve um episódio com a presidente e, portanto não tinha conseguido cumprir suas faltas. Ao final do mês ele havia aumentado em duas faltas sua dívida. Na assembléia foi dada a mim a incumbência de expor a situação. Quem havia ido se defender era a mulher dele. Na hora da assembléia devido a todos os maus entendidos e práticas imparciais por parte da presidente achei por bem tentar ser o mais imparcial possível e deixar que a assembléia não fosse de antemão levada a alguma posição. O caso foi exposto, a mutirante se defendeu e a votação fez com que a família tivesse um mês pra pagar as faltas. Ao final, alívio de minha parte e da mutirante. Outros estavam revoltados com a segunda chance dada à família, mas não votaram por sua exclusão. A presidente não se conformava com a minha atitude e ele passou a ser o meu protegido. A esposa pagou as faltas e não havíamos mais tido problemas com eles. Em setembro, os primeiros dois fins de semana eram de trabalho do mutirante e ele não apareceu para trabalhar. Segundo o regulamento três faltas consecutivas é caso de assembléia. Já tinham acontecido outros casos deste tipo e a resolução era feita na conversa, mas neste havia a reincidência e a regra deveria ser

²⁹ Pelo regulamento são permitidas seis faltas alternadas e três consecutivas. Após o acúmulo das faltas, a família é convocada por carta para a assembléia e deve apresentar suas justificativas para todas as famílias que decidirão se o mutirante pode ou não pagar.

usada, segundo a presidente. No domingo que completou a quarta falta, liguei para a casa dele para avisar que ele precisava vir conversar comigo, pois estava com excesso de faltas e que não poderia trabalhar sem antes passar pela assembléia. Na quarta-feira depois de muitas considerações acerca do que poderia ser feito, já que se fosse a assembléia teria grandes chances de ser excluído. Não podia resolver pensando apenas no caso, as circunstâncias faziam com que eu utilizasse o regulamento e deixasse que a assembléia decidisse. Cada vez mais estava me tornando a juíza do mutirão, ocupando um lugar de mediação entre os mutirantes, as regras e a coordenadora. Muitos já estavam perguntando como se resolveria o caso, já que ele já tinha ido para a assembléia duas vezes. Os mutirantes sabem que não há exclusão quando a pessoa se defende, por isso queriam que o caso fosse resolvido em outro lugar. A presidente também não queria pensar na situação e deixou a função de pensar pra mim. Na conversa com ele, já tinha decidido mandá-lo para a assembléia, já que não poderia arcar com a responsabilidade que era dele. Na conversa coloquei minha posição e ele disse que havia esquecido. Falou da dificuldade da vida, da dificuldade de entender que tinha infringido a regra. Ele disse: “eu esqueci”, eu disse “é isso mesmo, mas venha na assembléia e diga isso, traga declaração de que você estava trabalhando, convença as pessoas”. Achei que estaria tudo bem e que teria alguma chance de ficar. A conversa durou duas horas e ao final dei boa sorte e esperava realmente que ele fizesse tudo certo para não ser excluído. Eu teria dado uma terceira chance. Na sequência entrei na sala da coordenação e quase fui linchada, os gritos, a irritação eram incontroláveis. Havia uma questão pessoal, que havia se tornado institucional. Na conversa pensava que ele era a transgressão, mas também a resistência, que era uma linha de fuga. No dia da assembléia ele não compareceu. O ponto de pauta de exclusão de famílias tinha três casos. Foi discutido primeiro o caso de uma mutirante que estava presente e também tinha infringido a regra das 4 faltas. Ela se defendeu e foi dada uma segunda chance. Ela estava de

posse das declarações de trabalho se as pessoas quisessem alguma comprovação. Os outros dois casos eram de mutirantes que não estavam presentes. Assim, como está escrito na convocação, o não comparecimento na assembléia significava exclusão automática. Fiz esta fala e uma mutirante perguntou o que aconteceria. Eu repeti dizendo que o mutirante não estava presente e perguntei se alguém gostaria de falar alguma coisa. A mutirante disse que só estava perguntando e ninguém mais se pronunciou e a assembléia se encerrou às nove e meia da manhã. Às dez e meia, o mutirante chegou ao canteiro de obras, perguntando sobre o que havia acontecido. Eu expliquei que por ele não ter comparecido à assembléia, ele estava excluído. Ele alegou que estava trabalhando, mas não apresentou nenhum comprovante novamente. Ele me pediu que chamasse uma assembléia no horário do almoço para discutir o caso dele. Eu argumentei que nem todos os mutirantes estavam na obra e que isso não poderia ser feito, ele não disse nada e foi embora. No fim de semana seguinte à assembléia, sou parada na entrada para discutir o horário do fim da obra de domingo passado, pois algumas mulheres tinham trocado de roupa antes da hora. Um passo mais adiante sou parada novamente, agora para discutir a exclusão que tinha sido realizada na assembléia do domingo anterior. A pergunta inicial da conversa veio de uma mutirante: “E aí como ficou a história?”, eu respondi “Foi excluído”. E ela “mas por quê? Não é certo.” Eu respondi dizendo que ele foi convocado para estar na assembléia e sabia que se não comparecesse estaria automaticamente excluído. Refiz todos os meus passos com relação ao caso. Durante a conversa, vários foram chegando e me perguntando sobre o caso. Um mutirante disse que não achava justo ele sair, se alguém que viesse no lugar não teria participado do começo da obra. Eu coloquei que eles tinham que ter levantado na assembléia, que ninguém tinha falado nada. Neste momento, vários disseram que não tiveram coragem de falar nada, que seriam uma voz apenas. Eu retomei a assembléia e lembrei a cena de uma mutirante me perguntar se eles não teriam que votar a exclusão. Eu respondi que na convocação estava escrito que se ele

não comparecesse, ele estaria automaticamente excluído como havia acontecido com o outro mutirante excluído na mesma assembléia. Vieram argumentos sobre a coordenação ser muito rígida. Apesar de eu ter sofrido muito com o processo e achar que ele poderia não ter sido excluído, não podia assumir posição e sim problematizar a situação. Coloquei da responsabilidade de todos na assembléia, do silêncio e da falta de consideração do próprio mutirante com a assembléia. O irmão dele começou a dizer que ninguém poderia ser julgado não estando presente, usou como exemplo um julgamento real e disse que se o réu não comparecesse, era marcado outro dia pra sua defesa. Voltamos novamente à discussão e eu disse que se quisessem mudar a decisão teriam que chamar uma assembléia com mais de 70 por cento das famílias. Rapidamente iniciaram a coleta das assinaturas. Neste momento fiquei um pouco aflita com as conseqüências para o grupo de tal decisão, isto é, como fazer com os outros que tinham sido excluídos em outras assembléias, mas já estava dito e o caminho a ser seguido me parecia ser esse o mais correto. O meu papel tinha sido cumprido e não cabia a mim dizer que eles não poderiam fazer nada para mudar. Poderiam chamar uma assembléia. Neste momento descobri que a presidente não havia ido ao lote e alguns disseram que tudo isto estava acontecendo exatamente por isso. Quando entrei na sala da coordenação estava confusa e muito apreensiva, pois a pressão do outro lado viria. Como você deixou? Você tinha que dizer que não tinha mais o que fazer? O processo de três semanas parecia ter ido por água abaixo e que retornaríamos a estaca zero. Outra coordenadora diz que as vagas já tinham voltado par ao grupo de origem e uma mutirante vem dizer que estavam conseguindo muitas assinaturas e dizendo que eu não tinha enviado a carta para o mutirante que tinha sido excluído. Resolvi então chamar a todos e explicar a situação e já fui avisando sobre as volta das vagas para o grupo de origem. Como num passe de mágica parecia que não haveria mais saída então. Os mais animados na busca por assinaturas, jogaram a toalha e um disse: “se voltou pra o grupo de origem não tem mais jeito”. A regra do movimento não poderia ser

quebrada. Mas mesmo assim, muito nervosa e sem saber onde ia dar tudo aquilo, resolvi chamar a todos. A obra parou e todos foram chamados a participar de uma reunião de esclarecimentos. Repeti minha fala sobre o caso e falei de todas as etapas, falei da responsabilidade de terem ficado em silêncio, da não presença do mutirante e a regra do jogo. Falei então da idéia de alguns e que nada seria decidido naquele momento, alguns perguntaram coisas, mas a grande energia tinha se dissipado. As vagas já voltaram. A rede ligada aos mutirões não podia ser quebrada. A regra do mutirão poderia ser mudada, mas a do movimento não.

(diário de campo, 01 de outubro de 2005).

Após esta assembléia ainda ocorreram novos acontecimentos ligados ao caso. O mutirante foi a CDHU para dizer o que tinha ocorrido e eu fui chamada a colocar a minha versão dos fatos. Sabendo de toda a burocracia, redigi um documento contando todo o processo e dizendo que a exclusão havia sido feita pelo fato dele não ter comparecido. Neste momento, a técnica da CDHU pergunta se houve votação pelas famílias. Eu digo que não e que na convocação já estava avisado que a exclusão no caso de falta seria automática, procedimento descrito no estatuto da associação. A técnica diz que será necessário refazer a assembléia para que todos votem. Foi, então, convocada uma nova assembléia para a votação do caso e o mutirante foi convocado novamente a comparecer. Segue o diário de campo da assembléia.

Dia chuvoso e tenso, mais uma vez vamos discutir o mesmo caso, o que esperar. A assembléia começou tranqüila com alguns informes e como dizem “com a novelinha da mensalidade”³⁰. Aos poucos, a presidente foi entrando no ponto de pauta. Fala sobre as regras, sobre a reunião com a Assistente Social da CDHU, fala da responsabilidade que ela tem de administrar o mutirão e que não faz nada que não seja

³⁰ Todos os meses a presidente falava os meses e o número de famílias que não haviam pago a mensalidade de R\$10,00.

para o melhor dos mutirantes. Percebo que o recado vai sendo dado. Para ela, a exclusão era certa e justa e não queria que viessem dizer depois que ela era responsável por isso. O ponto foi apresentado por mim. Quis deixar claro que a entrada novamente como ponto de pauta as exclusões se devia não pela pressão exercida por um dos mutirantes na CDHU, mas por uma diferença entre os procedimentos da associação e da CDHU. Coloquei em votação o caso do outro mutirante e a mãe disse que ele havia desistido. As famílias levantaram a mão simbolicamente. Quando fomos para o caso mais polêmico, a coordenadora assumiu a fala e foi descrevendo o que aconteceu interligando falas de defesa da exclusão. (depois viria saber que, neste momento, ela assumiu a assembléia, pois achava que iria defender o mutirante). Do meu ponto de vista parecia uma decisão delicada, pois se o mutirante ficasse a regra que regia o estatuto da associação desde o início seria alterado. Algumas pessoas fizeram perguntas com relação a mudança das regras no meio do jogo. Quando a coordenadora colocou em votação, o mutirante pediu a palavra para se explicar. Colocou que havia esquecido da regra e que achava que teria até o fim do mês para pagar. Quando ele terminou a exposição, um dos mutirantes que havia feito um movimento para que ele voltasse o caso assembléia começa a fazer perguntas que comprometiam algumas falas minhas e da coordenação, mas que estavam distorcidas. A dinâmica de uma assembléia é muito rápida e as palavras vão mudando de sentido e tudo se transforma. Muitas pessoas já haviam decidido anteriormente o que iriam votar. O assunto estava na pauta do canteiro de obra, já algum tempo. Algumas ainda na dúvida pareciam estar esperando a maioria para votar. Poucos fizeram perguntas a ele e mais uma vez entrei para esclarecer o processo. O objeto da discussão parecia ser o mesmo, a exclusão, mas o ponto a ser relativizado ou analisado, no meu entender, seriam as regras e os procedimentos. Será que estavam pensando o que era mais justo? Após mais algumas explicações votou-se pela exclusão do mutirante. Algumas pessoas votavam na pressão dos colegas e outros levantam timidamente a mão. Teve um número

relativamente alto de abstenções comparado a outras votações, mas era pequeno em relação aos votantes. O silêncio que sempre se instaura após uma exclusão traz a dimensão da importância da decisão. A assembléia foi se dissolvendo sem uma fala de fechamento. Após a assembléia fiquei sabendo que estavam na reunião os pais, o irmão, o sogro e a sogra.

(diário de campo, 30 de outubro de 2005)

As discussões que serão feitas a seguir se relacionam não só ao caso exposto, mas também à outras situações que suscitaram elementos para pensar o funcionamento do mutirão. Eram as assembléias e o sentido das decisões tomadas, já que as famílias tentavam em outros espaços modificar as decisões tomadas; a presidente que seguia a risca às regras e acabava transformando de maneira negativa a tentativa de manter “a igualdade perante a lei”; os mutirantes que se viam no difícil papel de decidir o destino de um “colega”; os transgressores que poderiam ser vistos como a resistência.

Francisco de Oliveira (2006, p.73) numa análise crítica de uma possível positividade neste processo diz:

para que essas soluções virtuosas funcionem [...] é preciso um altíssimo grau de coerção. Essa coerção é uma espécie de ilusão necessária. É preciso criar uma comunidade, uma identidade que não existe, e essa criação vai na direção oposta dos processos de mercantilização da sociedade. Esse tipo de viração que a população vive não plasma nenhuma experiência, no sentido thompsoniano. Plasma apenas a experiência da carência. Então vem a violência como recurso para fundar a comunidade. [...] O método da ilusão necessária para forjar uma identidade que não é real, que não subsiste senão pelo lado das carências. Quando essa ilusão desaparece, assim que a casa foi enfim conseguida, desaparece a coesão, desaparece a identidade com aquele projeto. São formas, portanto, que estão na linha limítrofe, às vezes aparecendo como exercício de cidadania, às vezes como forma de violência.

O que o autor parece apontar, apesar de uma certa generalização, é um lado deste processo cheio de desencontros. Mas não há como afirmar a impossibilidade de experiências diferenciada no âmbito individual e no âmbito no coletivo, pois elas existem e são plurais, como vimos.

A carência e a necessidade estão presentes na vivência destes processos e o que parecia estar em jogo era a negociação das necessidades. Às vezes, era seguida a linha de responsabilização pessoal e impunha-se um sentido de desajustamento com a defesa rigorosa das regras. Em outros momentos as experiências eram vistas como reflexo de uma condição externa e, portanto, como injustiça que cabia a todos tentar minimizar, e a regra era posta como algo maleável.

Um elemento importante que parece permear a relação das pessoas com a organização é o sentido do provisório e do informal. Como pensar a falta do mutirante à assembléia que decidiria pela perda ou não de sua casa e o pedido de que a reunião do coletivo fosse retomada em função de um caso particular? O que baseava o pedido dos próprios mutirantes para que fosse mudada a decisão? Em que registro entra o papel da assembléia e dos acordos feitos coletivamente? A provisoriedade da vida, a inconstância de trabalho, o dia-a-dia dos bicos, o posto de saúde sem médico, a informalidade das relações de aluguel, a casa própria sem escritura, o gato da luz e da água, tudo parece compor uma experiência de inconstância e uma sensação de imprevisibilidade com relação ao futuro que parece refletir numa impossibilidade do sentimento contrário, o da permanência. Neste sentido, as decisões tomadas não são vistas como permanentes e a lógica que está por traz da tomada de decisões se faz, apenas, com elementos do presente.

O contraditório é que, ao mesmo tempo em que o mutirão se configurava como um lugar diferenciado de relações onde não teria espaço a opressão e a submissão, a construção de laços coletivos via acordo de regras parecia impossibilitado por uma experiência de

informalidade, que em alguns momentos, fazia com que as ações no sentido de uma constância parecessem imposições. Ou seja, essas relações de informalidade que permitem uma plasticidade, um espaço de inventividade e que constituem a vida dessa população, podem produzir efeitos diversificados na construção de um espaço diferenciado de sociabilidade. Jeanne Bisilliat- Gardet (1990, p.24) no livro *Mutirão: utopia e necessidade* coloca:

um grupo que começa a aprender o exercício da democracia sabendo apenas que ela se fundamenta na liberdade, noção essencialmente polissêmica, e que deve fazer executar a lei, é confrontado com uma contradição, quase uma aporia: nenhuma lei, por melhor, por mais justa que seja, se fundamenta nas particularidades de cada um; mas o povo, que pela primeira vez deve aplicar a justiça, quer precisamente, para ser justo, levar em conta essas particularidades, pois não o fazer estabeleceria uma distância intolerável. Impasse. [...] Terão o direito de cortar as horas de alguém que, de alguém a quem, etc, desse alguém que eles não podem encarar como sujeito de uma lei, mas como idêntico a eles?

Mas, será que neste contexto é possível não levar em conta as particularidades? Em discussão com os mutirantes e nas decisões tomadas por eles ao longo da obra, ficava clara a escolha por um critério de particularidade nas decisões. A exclusão de uma família nunca seria feita pelo critério estabelecido e sim pelos motivos e pela condição de necessidade da família. Houve uma família que chegou a ter 30 faltas e não foi excluída pelo fato de todos saberem da condição precária de vida deles. Não só não os excluíram como os ajudaram no pagamento das faltas.

Na entrevista realizada com uma coordenadora da associação, que na minha visão era mais horizontalizada, apareceu a todo o momento a necessidade de ser mais dura no seguimento das regras, mas quando perguntada sobre uma situação cotidiana da obra, ela respondeu que tudo tem que ser no caso e caso, porque as pessoas têm muitas dificuldades. A linha que divide o justo e o injusto neste processo é muito difícil de ser traçada e a exclusão

descrita anteriormente parece só ter se efetuado em função do mutirante não ter ido se defender e não pelo número de faltas que tinha.

Durante todo o período de obra, os mutirantes cobravam uma atitude mais firme da coordenação das associações menos rígidas com relação às faltas, diferentemente do caso descrito. Ficou decidido que não haveria mais uma conversa prévia com a coordenação e a família iria direto para a assembléia se justificar. Como eram muitos casos e as explicações eram as mais variadas, um grupo disse: “é muito difícil avaliar, decidem vocês da coordenação”. Este foi mais um momento interessante que refletia a dificuldade de avaliar as justificativas trazidas pelas famílias, que em sua maioria eram a doença de um filho, a falta de dinheiro para o transporte, os empregos que não tinham folga, o não ter com quem deixar as crianças. Todos os argumentos compunham o cenário das condições de participação e do esforço de comparecerem aos finais de semana - o da carência.

Há um outro elemento que se entrelaça a todos os que foram apresentados anteriormente com relação à oscilação entre o universal e o particular, que é a vivência das relações sociais sob a lógica das relações do mundo privado. Sarti (2003) apresenta a família como sendo a referência simbólica que organiza o mundo social dos pobres, ou seja, a reciprocidade, as relações de confiança, os costumes e códigos de honra se sobrepõem a uma lógica universal. Neste sentido, a decisão por não excluir determinada família e de ter o “caso a caso” como regra primordial pode seguir esta forma de conceber as relações. Como se poderia excluir alguém que “está no mesmo barco que eu”, que considero um colega? Algumas falas após a votação de uma exclusão eram no sentido da lógica da reciprocidade “se eu voto para ele sair, se um dia eu for pra votação não vão deixar eu ficar”. O que estava em jogo era manter uma regra anterior que se baseava na particularidade das relações e não na universalidade abstrata. Um outro lado da mesma moeda era o pedido para que a exclusão

fosse feita por um externo à esse grupo, no caso a técnica social, pois assim mantinha-se garantido o pacto entre o grupo, já que era algo exterior a eles que definiria a situação.

Seguindo por esta linha, no caso apresentado no diário de campo, um dos fatores para a exclusão da família seria então a quebra de confiança, já que a família não compareceu na assembléia, ou seja, não “considerou” o espaço comum, o desmereceu.

Ao mesmo tempo em que as explicações de uma lógica privada e regida por uma experiência de imprevisibilidade e aleatoriedade parecem ser importantes para pensarmos a questão das regras no mutirão, também parece necessário retomar a idéia de criação e imprevisibilidade da produção no social e, neste sentido, nos questionamos se a tentativa de buscar o uso do bom senso e da particularização não seria também uma forma de produzir um “efeito de justiça”. Como cumprir o horário de entrada na obra, se todos sabem que nos finais de semana ônibus é coisa rara? Se a rigidez da regra é exigida, não atualizamos uma experiência de opressão vivida em outros âmbitos da vida diária das famílias? Simone Weil (1996, p. 157) descreve a impossibilidade do acaso e, principalmente a inexistência de seu reconhecimento,

“o primeiro detalhe que, cada dia, torna a servidão sensível é o relógio de ponto. O caminho da casa à fábrica está dominado pelo fato de que é preciso chegar antes de um segundo mecanicamente determinado. Pode-se chegar cinco ou dez minutos adiantado; o escoamento do tempo aparece neste caso como algo sem piedade que não deixa nenhum lance ao acaso. Num dia de operário, é o primeiro golpe de uma regra cuja brutalidade domina toda a parte da vida passada entre as máquinas; o acaso não tem direito de cidadania na fábrica. Ele existe é claro mas não é reconhecido.”

Será que o reconhecimento de que há exceções não pode exercer a função contrária do que esperamos desta lógica da particularidade, com a consideração da existência do fato e a implicação de todos num mundo comum?

Esta e outras perguntas parecem ter como resposta o fato de que, se há discussão coletiva das regras, a garantia do acordo feito por todos está dada e, portanto as exceções seriam “irresponsáveis”. Mas a construção deste espaço comum dos acordos coletivos não parece ser tarefa simples e, como colocado, segue lógicas contraditórias – o universal e o particular – sendo que estas oscilam, produzindo tanto efeitos positivos, quanto negativos, dependendo do prisma pelo qual olhamos. Assim, na busca por espaços mais justos e solidários parece que nossa tarefa maior é a de nos desvencilhar da linha que corta o ser e o dever ser de forma autoritária e impositiva. Nossa saída é procurar um modo de fazer/pensar que leve em conta as linhas de fuga que se apresentam no funcionamento cotidiano de cada organização.

Considerações Finais

O trabalho realizado não se propôs a buscar conclusões ou receitas, e sim apresentar os desafios enfrentados pelas famílias mutirantes no processo de construção de suas casas. O exercício da análise foi compreender o funcionamento do mutirão sem tentar encaixá-lo numa fôrma pronta ou buscando validar determinada hipótese previamente estabelecida.

A escolha por retomar o histórico dos movimentos sociais e construir um panorama das políticas habitacionais teve o objetivo de apresentar a influência dos movimentos de moradia na produção das políticas habitacionais a partir de então. Ficava clara uma incorporação por parte do poder público das experiências populares, principalmente, nos governos mais progressistas. Hoje, este relacionamento parece ter se invertido, e esta incorporação toma caráter de uma institucionalização de determinadas características do mutirão em detrimento de outras.

A contextualização histórica também pretendeu apontar transformações na realidade social brasileira, de forma a não hipostasiar o sentido que assume o mutirão dentro do espectro das políticas participativas, além de conseguir compreender seu significado nos dias atuais. Não naturalizar era buscar os efeitos possíveis destas práticas não com elementos de um outro contexto histórico. Tentar compreender o mutirão a partir do seu significado original, nos levaria à premissa de um processo institucionalizado e determinado – ou seja, paralisado nas possibilidades de arranjos criativos por parte da população participante.

Conforme exposto, estes processos estão circunscritos num campo de forças que tenta instituir práticas mais homogêneas, tanto por parte dos técnicos da CDHU, do próprio movimento e da assessoria. É o molar e o molecular, a micro e macropolítica. Tentar compor as linhas de fuga e romper as determinações se transforma no exercício político a ser realizado.

E, aqui, se juntam as questões relativas à forma de inserção dos profissionais da psicologia nos processos de intervenção social, e as inquietações na discussão sobre a autogestão. Como pensar formação em autogestão? Se a pensamos como experimentação, talvez, o que façamos seja um convite aos grupos com quem trabalhamos, numa realização conjunta de descoberta e busca.

Os processos vividos no mutirão seguiram a essa premissa. As reflexões sobre as assembléias e a função dos boatos, os papéis assumidos pelas coordenações e seus efeitos na dinâmica de trabalho, além das considerações acerca das regras e dos acordos coletivos foram a tentativa de problematizar e abrir novas possibilidades de se estar e produzir naquele processo.

O mutirão, enquanto política habitacional, deve ser analisado levando-se em conta as questões relativas ao sobre-trabalho e as implicações de ser política pública segundo a lógica de um Estado gestor. Ao mesmo tempo, esse processo de construção carrega o sentido da democracia, da justiça e da autonomia e pode se configurar como um espaço diferenciado de experimentação. Estes valores são afirmados na defesa da construção coletiva por aqueles que dele participam. As decisões utilizando a lógica particularizada ou a universalista, o informal e o formal são estratégias de funcionamento do grupo. E, é neste constante movimento que novos modos de fazer e de atuar podem se forjar.

Esta experiência pode contribuir na afirmação de um espaço positivo de encontro, no qual surjam diferentes sentidos para o fazer coletivo. Porém, esse sentido só terá a potência de produzir outros modos de relacionamento, de organização, se puder constituir-se a partir daquilo que acontece, e não do ideal de um “dever ser”.

Referências Bibliográficas

ABIKO, A.K., & COELHO, L. O. Procedimentos de gestão de mutirão habitacional para a população de baixa renda. In: *Procedimentos de gestão para a população de baixa renda*. Vol. 5. Porto Alegre: ANTAC, 2006. p.12-43.

AGUIAR, K. *Ligações perigosas e alianças insurgentes. Subjetividades e movimentos urbanos*. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2003

ALTOÉ, S. (Org). *René Lourau: Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANTUNES, M.C.A. *A produção habitacional solidária: o processo participativo na organização do espaço urbano e na produção de moradia através de procedimentos autogestionários*. Tese Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002

ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARENDT, H. *Entre o Passado e o Futuro*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BISILLIAT-GARDET, J. (Org.) *Mutirão: utopia e necessidade*. DBA Artes Gráficas, 1990.

BONDUKI, N. *Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular em projetos habitacionais*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1986

_____, N. Crises da habitação. In. KOWARICK, L. (Org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOSI, E. (Org.) *Simone Weil: a condição operária e outros estudos sobre a opressão*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 9.ed. São Paulo: Editora 34, 2001.

CASTORIADIS, C. Autogestão e Hierarquia. In: *Socialismo ou Barbárie: o conteúdo de socialismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983. p.211-226.

CAVALCANTI, G. C. V. *Uma concessão ao passado: trajetórias da união dos movimentos de moradia de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____, E. (Org). *Anos 90 - Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

_____; GUATTARI, F. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. vol.3. São Paulo: Editora 34, 1996.

DOREA FILHO, G. R. *Singularidade e autogestão no Movimento Sem Terra da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1996

ESTEVES, E. G. *Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana da autogestão de uma cooperativa industrial*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 11-23, abr. 1984.

FERREIRA, M.I.C. *Violência na Solidariedade: um estudo sobre homicídios em bairros da periferia da capital paulista*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HIRATA, M. S. *Formação do Espaço e espaço de formação*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2004

KOHAN, W. O. A infância da educação: o conceito devir-criança. In: _____. *Lugares da infância*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 51-68.

KOWARICK, L., & BONDUKI, N. Espaço Urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org.). *As lutas sociais e a cidade*: São Paulo, passado e presente. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 147-180

LOPES, J.C.A., & Rizek, C.S. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: *Procedimentos de gestão para a população de baixa renda*. Vol. 5. Porto Alegre: ANTAC, 2006. p. 44-75

LOURAU, R. O Estado na Análise Institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau: Analista Institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.154-175.

MACHADO, A.M.; FERNANDES, A.M.D.; ROCHA, M.L. (Orgs.) *Novos Possíveis no Encontro com a Educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MARICATO, E. Nunca fomos tão participativos. Retirado do site: www.cartamaior.com.br, 2007.

MELLO, S. L. *Trabalho e Sobrevivência*. São Paulo, Ática, 1988.

_____. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M.C. (Org.) *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995. p.51-60.

MOTHÉ, D. Balanço crítico do conceito de autogestão na França. In: MELLO, S.L. (Org.) *Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais*. Vol.1. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

NASCIMENTO, C. Autogestão: Palavra e Idéia. In: MELLO, S.L.; BARBIERI, E.; SIGOLO, V.M. (Orgs.) *Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais*. Vol.2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2007.

_____. *Do “Beco dos Sapos” aos Canaviais de Catende*. Brasília: SENAES, 2005.

OLIVEIRA, F. de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 74, p. 67-85, mar. 2006.

PAOLI, M.C., & TELLES, V. Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo In: ALVAREZ, S.E., DAGNINO, E; ESCOBAR, A. (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p.103-148

PAULON, S. M. A Análise de Implacação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), p.18-25, set/dez 2005.

PRADO, M. A. M. *A consciência e a constituição de valores comunitários num estudo sobre os participantes de um mutirão habitacional na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1994

RIZEK, C.S.; BARROS, J., BERGAMIN, M.A. A política de produção habitacional por mutirões autogeridos – construindo algumas questões. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 5, n.1, p. 31-46. mai. 2003.

ROCHA, M.L.; AGUIAR, K. Pesquisa-Intervenção e a produção de novas análises. *Revista Psicologia Ciência e Profissão do Conselho Federal de Psicologia*. v.23, n.4, dez.2003.

RODRIGUES, H. B. C. Direitos Humanos e intervenção Clínica. In: *Psicologia, Ética e Direitos Humanos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

_____; SOUZA, V. L. B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: SAIDON, O.; KAMKHAGI, V.R. (Orgs.) *A Análise Institucional no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991.

RONCONI, R. L. N. *Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o programa Funaps Comunitário*. Dissertação de Mestrado - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 1995

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____,; PAOLI, M. C. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro (Notas de leitura sobre acontecimentos recentes). In: CARDOSO, R. C. L. (Org.), *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986

SALVADOR, Z. *Mulheres: vida e obra; a participação feminina num mutirão de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1993

SARTI, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SINGER, Paul. *O que é Socialismo hoje?* 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

TELLES, V. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs.) *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p.195-218

ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, E.(Org.) *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, 2000.